



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

RAQUEL DA SILVA TROMBINI

**O VOLUNTARIADO NO “TERCEIRO SETOR”:
A desresponsabilização do Estado na atualidade**

Brasília - DF

2011

RAQUEL DA SILVA TROMBINI

**O VOLUNTARIADO NO “TERCEIRO SETOR”:
A desresponsabilização do Estado na atualidade**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª Ms^a Janaína Lopes do Nascimento Duarte

Brasília - DF

2011

RAQUEL DA SILVA TROMBINI

O VOLUNTARIADO NO “TERCEIRO SETOR”:

A desresponsabilização do Estado na atualidade

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Monografia aprovada em ____/____/2011

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Ms^a Janaína Lopes do Nascimento Duarte
Universidade de Brasília
(Orientadora)

Ms^a Camila Potyara Pereira
(Membro externo)

Prof^a Ms^a Valdenízia Bento Peixoto
Universidade de Brasília
(Membro interno)

Dedico

Ao meu pai Sérgio, exemplo de caráter ilibado e
reputação idônea.

À minha mãe Valéria, exigência de dedicação aos
estudos desde sempre.

Ao meu irmão Daniel, modelo de disciplina para
alcançar objetivos.

AGRADECIMENTOS

Para a concretização de objetivos, sempre é necessária a colaboração de outras pessoas. E esta pesquisa contou com o auxílio de alguns indivíduos muito importantes em minha vida. Assim, não há como não agradecê-los neste momento.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Sérgio e Valéria, e ao meu irmão, Daniel, por todo o incentivo em continuar a caminhada desta pesquisa e, conseqüentemente, do curso de graduação. Cada um, da sua maneira, contribuiu de forma fundamental para estes objetivos.

Ao Thiago, companheiro e amigo de todas as horas que sempre me estimulou a materializar esta pesquisa. Obrigada pela compreensão dos finais de semana de estudos junto a mim que me proporcionaram esta vitória.

Quero agradecer aos professores do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília por todo o conhecimento transmitido que faz parte do meu processo de descobertas e aprendizados.

Em especial, agradeço à professora Mestre, Janaína Duarte, minha orientadora, por todos os momentos de esclarecimentos acerca desta pesquisa. Sua competência e seu amparo foram de vital importância nesse momento tão complexo. O meu muito obrigada!

Aos colegas da turma 2/2007 do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília por todas as discussões ricas em conteúdo ocorridas dentro e fora de sala de aula, que proporcionaram diversas reflexões para a conclusão deste trabalho, em especial à Hayla por tantos anos de estudos juntas.

A todos que contribuíram de alguma forma para a conclusão desta pesquisa.

Obrigada a todos!

*"Você deve ser a mudança que deseja ver
no mundo".*

(Mahatma Gandhi)

RESUMO

O presente estudo trata do trabalho voluntário na atualidade, a fim de problematizar sua relevância, na medida em que este se encontra inserido na lógica do “Terceiro Setor”, bem como sua articulação com a conjuntura de reestruturação do capital na contemporaneidade, fazendo-se uma breve reflexão acerca do trabalho voluntário desenvolvido Federação Espírita Brasileira a partir de uma experiência de estágio supervisionado na instituição. O processo de reestruturação do capital pós-1970 acarretou profundas transformações societárias, engendrando o crescimento exacerbado do voluntariado no “Terceiro Setor”, produto de um Estado reorganizado por um projeto societário que não objetiva a superação das expressões da questão social no âmbito da atual sociedade. Neste contexto, há uma tendência predominante de deslocamento do trato da questão social do Estado para o “Terceiro Setor”, transferindo, dentre outros atores, para o voluntariado as responsabilidades sociais do Estado. A pesquisa se baseou na questão em como a conjuntura atual, que fundamenta a ampliação do “Terceiro Setor”, também estimula o trabalho voluntário no âmbito do enfrentamento da questão social. O objetivo geral foi problematizar a relevância do voluntariado, inserido na lógica do “Terceiro Setor” na conjuntura de reestruturação do capital na contemporaneidade, a partir da crítica a este “Setor”. A partir de um estudo qualitativo, utilizou-se o método dialético, baseando-se prioritariamente em pesquisa bibliográfica para fazer a crítica ao objeto de estudo e em pesquisa documental na Federação Espírita Brasileira a fim de qualificar o crescimento do voluntariado nos últimos anos. Alguns resultados puderam ser apontados: a) foi possível desmistificar algumas contradições em relação ao voluntariado na atualidade, postas pelo sistema capitalista e pelo Estado funcional a este sistema; e b) considerou-se que há um estímulo estatal à intervenção do voluntariado, principalmente a partir de legislações criadas para o incentivo ao trabalho voluntário.

Palavras-chave: Capitalismo contemporâneo. “Terceiro Setor”. Questão social. Voluntariado.

LISTA DE SIGLAS

CAS/DF – Conselho de Assistência Social do Distrito Federal

DAS – Departamento de Assistência Social

FEB – Federação Espírita Brasileira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LER – Lesões por Esforço Repetitivo

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

NIPIAC – Núcleo de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporânea

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SEDEST – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A CONJUNTURA ATUAL: REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E CONTRARREFORMA DO ESTADO	15
2.1	TRANSFORMAÇÕES CONJUNTURAIS DIANTE DA CRISE DO CAPITAL	15
2.2	REFORMA OU CONTRARREFORMA DO ESTADO?	23
3	O “TERCEIRO SETOR” E SUA LOCALIZAÇÃO NO PROJETO NEOLIBERAL	26
3.1	QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	26
3.2	OS DESAFIOS POSTOS PELO “TERCEIRO SETOR”	32
4	A “PARTICIPAÇÃO” DA SOCIEDADE CIVIL: A QUESTÃO DO VOLUNTARIADO	37
4.1	O QUE É SOCIEDADE CIVIL NA CONTEMPORANEIDADE?	37
4.2	O PAPEL DO VOLUNTARIADO NA CONTEMPORANEIDADE	43
4.3	O TRABALHO VOLUNTÁRIO NO DISTRITO FEDERAL: REFLEXÕES DE UMA EXPERIÊNCIA EM ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA.....	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60
	ANEXOS	65
	Anexo A – Termo de Adesão ao Serviço Voluntário	65

1 INTRODUÇÃO

A partir do processo de reestruturação do capital pós-1970, ocorreram significativas transformações, fossem elas econômicas, políticas, culturais e sociais, que se tornaram essenciais para o entendimento dos processos desencadeados no mundo a partir de então, todas elas conduzidas pelo projeto neoliberal. Uma expressiva mudança na atualidade é o crescimento exacerbado do voluntariado, dentro da lógica do “Terceiro Setor”¹, como resultado do estímulo de um Estado reorganizado a partir de um projeto societário que não objetiva a superação das expressões da questão social no âmbito da atual sociedade.

O cenário contemporâneo de transformações societárias estabelece um conjunto de determinações que perpassam o chamado “Terceiro Setor”. Afirma-se nesta pesquisa que o contexto neoliberal contribui com o processo real de deslocamento do trato da questão social do Estado para o “Terceiro Setor”, o que institui ações pontuais e focalizadas, transferindo para o voluntariado o dever do Estado, em que é empregado um padrão de enfrentamento das sequelas da questão social tendo por primazia a perspectiva privada.

Desta forma, pensando a ação voluntária no “Terceiro Setor” na atualidade, foi objeto de estudo desta pesquisa a reflexão sobre o estímulo ao trabalho voluntário na atualidade, a partir da lógica e da crítica ao “Terceiro Setor”. Vem então a questão de pesquisa: como a conjuntura atual, que fundamenta a ampliação do “Terceiro Setor”, também estimula o trabalho voluntário no âmbito do enfrentamento da questão social?

Cabe explicitar que, primeiramente, o interesse de pesquisa era analisar a atuação do assistente social voluntário em entidades beneficentes de assistência social do Plano Piloto do Distrito Federal que trabalham com a Política Pública de Assistência Social, mais especificamente na Proteção Social Básica, inscritas no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF).

¹ No decorrer deste estudo, a expressão “Terceiro Setor” será utilizada entre aspas, pois se acredita haver uma mistificação no emprego deste termo na atualidade, na medida em que o conceito em questão é difundido a partir de visões segmentadas. O objetivo desta investigação é demonstrar forte funcionalidade do Estado com a lógica neoliberal, desresponsabilizando-se das respostas às sequelas da questão social e transferindo para o “Terceiro Setor”.

O objetivo em pesquisar sobre a atuação do assistente social em entidades beneficentes de assistência social surgiu a partir do período de estágio na Federação Espírita Brasileira nos anos de 2009 e 2010, em que foi realizado trabalho na área da assistência social, no campo da Proteção Social Básica. Esta experiência possibilitou uma reflexão acerca da questão, uma vez que foram identificadas algumas dificuldades na concretização do trabalho da assistente social responsável pela Federação.

Para delimitar este tema inicialmente escolhido, foi feita uma pesquisa exploratória a partir de um primeiro contato telefônico, nos meses de outubro e novembro de 2010, com 34 (trinta e quatro) entidades beneficentes do Plano Piloto do Distrito Federal; dessas, 10 (dez) não têm assistente social em seu quadro de profissionais; das 24 (vinte e quatro) que possuem, 4 (quatro) delas têm assistente social voluntária, o que motivou o interesse em estudar suas atuações.

Inicialmente, seriam realizadas entrevistas com estas quatro assistentes sociais. Porém, na submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP/IH²), este foi negado duas vezes por não apresentar consentimento escrito das referidas entidades para a realização das entrevistas, por mais que tivessem sido apresentadas as justificativas escritas para a não exposição de tais documentos. É importante destacar que não foram possíveis as manifestações escritas das entidades por conta do pouco tempo para conclusão desta pesquisa e por esta exigência do Comitê demandar muito tempo. Como agravante, não foram localizados os responsáveis nas entidades por tais autorizações, visto que eles tinham uma rotina externa muito intensa. Assim, decidiu-se por não realizar as entrevistas.

Posteriormente, a finalidade era continuar abordando a atuação do assistente social voluntário nessas quatro entidades beneficentes, a partir de pesquisa documental: legislações, projetos sociais, relatórios de acompanhamento, *folders*, panfletos ou qualquer outra documentação que fosse pertinente. Entretanto, quando as entidades foram contatadas para solicitar acesso a tais documentações, diversas dificuldades impossibilitaram a realização da pesquisa documental. A partir desta situação e

² Segundo o sítio do CEP/IH, que contém todas as informações pertinentes para submeter um projeto de pesquisa ao Comitê de Ética, “o principal papel do CEP/IH é educativo, cabendo-lhe registrar, avaliar, monitorar e acompanhar as pesquisas com seres humanos, principalmente as desenvolvidas em ciências humanas pela Universidade de Brasília” (CEP/IH, 2007).

mantendo o interesse no tema do trabalho voluntário, decidiu-se alterar mais uma vez a metodologia, desistindo-se de abordar as quatro entidades citadas.

Desta maneira, a escolha final da metodologia centrou-se na busca da reflexão e problematização do voluntariado na atualidade, a partir da pesquisa bibliográfica sobre o tema, articulando com a experiência do estágio supervisionado na Federação Espírita Brasileira.

Entende-se que o voluntário na atualidade é fruto de uma lógica de desresponsabilização do Estado no trato da questão social, em que o enfrentamento da desigualdade passa a ser obrigação individual da sociedade, em sintonia com o “Terceiro Setor” como alternativa privatista.

Considerando que o capital apropria-se da ideia de que a ação voluntária pode em muito contribuir para o bem comum, percebe-se que, na verdade, o objetivo do capitalismo é retirar o Estado de sua intervenção, partindo da lógica do direito social para estimular o voluntariado no “Terceiro Setor” como estratégia de enfrentamento das crises inerentes a este sistema.

Diante do exposto, delimitou-se como **objetivo geral** desta pesquisa: problematizar a relevância do voluntariado, inserido na lógica do “Terceiro Setor” na conjuntura de reestruturação do capital na contemporaneidade, a partir da crítica a este “Setor”.

E como **objetivos específicos**:

- Refletir sobre a conjuntura de reestruturação capitalista e as consequentes alterações na organização do Estado;
- Desmistificar o “Terceiro Setor” na atualidade; e
- Articular a relação entre o crescimento do voluntariado na atualidade e o estímulo estatal ao serviço voluntário.

Para atender a esses objetivos, o estudo sustentou-se na utilização da técnica de abstração articulada à eliminação do supérfluo, ou seja, em que as coisas mais simples explicaram o todo caótico e que a finalidade foi reconhecer a realidade social como ela é (VIANA, 2007). Para isso, foi feito um estudo qualitativo³, usando-se o método

³ Referenciando-se Minayo (2002, p. 22), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...]. Ela aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas”.

dialético, que tem por objetivo explicar a realidade com base em oposições e em choques entre situações diversas ou opostas, como processo movido pela contradição.

O trabalho apoiou-se prioritariamente em pesquisa bibliográfica de autores do Serviço Social para fazer a crítica ao objeto de estudo da pesquisa. Porém, foram utilizadas documentações⁴ da Federação Espírita Brasileira a fim de caracterizar a instituição e qualificar o crescimento do voluntariado nos últimos anos.

Nesta direção, o trabalho se baseou em dois eixos temáticos: a) a atual conjuntura capitalista com ênfase para o papel do “Terceiro Setor”; e b) a atuação do voluntariado diante das atuais transformações societárias dentro da lógica capitalista.

Na objetivação desse estudo, foram realizados os seguintes procedimentos: a) levantamento bibliográfico, em que foram feitas uma sondagem e uma análise das bibliografias que abordam o objeto deste estudo; b) coleta documental de dados na Federação Espírita Brasileira a fim de qualificar o voluntariado da instituição; e c) organização e análise dos dados a fim de estruturar as ideias.

Finalmente, para a exposição do estudo, este Trabalho de Conclusão de Curso está disposto em três capítulos e considerações finais. São eles:

- O primeiro capítulo aborda as transformações da atual conjuntura diante da crise e da reestruturação do capital, partindo-se do princípio que essas crises são inerentes a este modo de produção que se baseia na propriedade privada e na exploração do homem pelo homem. A finalidade é demonstrar alterações da atual sociedade diante dessas crises. Logo em seguida, é feita uma discussão acerca da contrarreforma do Estado brasileiro a fim de inseri-la como estratégia hegemônica do capital para garantir sua manutenção na sociedade e demonstrar suas repercussões negativas para a classe trabalhadora;

- O segundo capítulo trata do chamado “Terceiro Setor” e sua localização no projeto neoliberal, retomando a gênese da questão social, a partir da ideia de que o papel do “Terceiro Setor” está articulado ao enfrentamento da questão social na contemporaneidade no âmbito privado. O intuito é desmistificar a noção hegemônica sobre este “Setor”;

⁴ As documentações utilizadas foram: as relações dos voluntários desde o ano de 2007 e o Plano de Ação 2011 da instituição.

- O terceiro capítulo sistematiza o conceito de sociedade civil na atualidade, visando a problematizar seu significado na atualidade como sinônimo de “Terceiro Setor”. Em um segundo momento, é feita uma discussão acerca do papel do voluntariado na atual conjuntura capitalista com o objetivo de explicitar a ideia de que o trabalho voluntário se configura de acordo com os interesses e as necessidades do capitalismo contemporâneo. E, por último, é discutido como o estímulo estatal contribui para o aumento do voluntariado nos últimos e é feito um estudo qualitativo do voluntariado na Federação Espírita Brasileira a partir da experiência de estágio supervisionado;

- Nas considerações finais deste estudo, são sistematizadas as principais reflexões deste trabalho a fim de contribuir para uma análise crítica da realidade social atual.

O intuito deste estudo é contribuir com a reflexão crítica acerca do voluntariado na atualidade, com a intenção de ampliar as discussões que direcionam este tema e estimular novos estudos e pesquisas. A finalidade deste estudo não é criticar o trabalho voluntário em si, mas problematizar como este se torna funcional ao capitalismo na contemporaneidade.

2 A CONJUNTURA ATUAL: REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E CONTRARREFORMA DO ESTADO

O presente capítulo parte do entendimento de que o sistema capitalista, em sua essência, não existiu, não existe e não existirá sem crises, uma vez que estas são partes inerentes a tal modo de produção capitalista. Evidenciar essa complexa relação da produção com as crises proporciona uma reflexão acerca de como esse sistema se estrutura e quais são as transformações da atual sociedade diante dessas crises.

Em seguida, será feita uma discussão sobre a reforma e contrarreforma do Estado brasileiro, a fim de evidenciar a contrarreforma como estratégia hegemônica para manutenção do capital na atualidade e suas repercussões desastrosas para a classe trabalhadora.

2.1 TRANSFORMAÇÕES CONJUNTURAIS DIANTE DA CRISE DO CAPITAL

O sistema capitalista, baseado nos meios de produção e na propriedade privada, é fundamentado em crises, pois é por meio delas que o sistema produtor de mercadorias cresce e se expande. “Ao capital não convém [...] uma superação de forma permanente das crises e de seus efeitos, porque ele se move e cresce a partir delas [...]” (RAMOS, 2009, p. 60). A característica expansiva desse sistema leva a crises que apontam algo que precisa ser modificado ou aperfeiçoado, assim, as contradições inerentes ao próprio sistema criam as condições necessárias para o surgimento das crises.

Netto e Braz (2006, p. 156) fazem um breve apanhado das crises ocorridas no sistema capitalista, como se pode notar:

A história, real e concreta, do desenvolvimento do capitalismo, a partir da consolidação do comando da produção pelo capital, é a história de uma sucessão de crises econômicas – de 1825 até as vésperas da Segunda Guerra Mundial, as faces de prosperidade econômica foram quatorze vezes acompanhadas por crises. [...] Em pouco mais de um século, como se constata, a dinâmica capitalista revelou-se profundamente instável, com períodos de expansão e crescimento da produção sendo bruscamente cortados por depressões,

caracterizadas por falências, quebraadeiras e, no que toca aos trabalhadores, miséria e desemprego.

A crise decorre da contradição fundamental da produção capitalista: o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação. A explicação marxista da crise é exposta por Iasi (2009, p. 29) quando diz:

O ciclo acelerado de produção e reprodução ampliada do capital acaba provocando uma superacumulação de capitais, ou seja, o capital se acumula nas diferentes formas que assume no ciclo de sua vida como valorização do valor. Concentra-se na forma dinheiro, em meios de produção comprados e dispostos em processos de trabalho, como força de trabalho, como processo de produção em funcionamento, como mercadorias produzidas, como mercadorias vendidas e, novamente, como dinheiro acrescido de mais valia. O novo dinheiro resultante não tem como voltar ao ciclo produtivo, não apenas pela superacumulação e superprodução que daí resultam, mas principalmente porque a cada ciclo não tem mais como fazê-lo mantendo as mesmas taxas de lucro.

A superprodução de valores de uso, apontada como uma das causas das crises do sistema capitalista, é apenas um exemplo da manifestação da superacumulação. A crise pode ser assinalada como decorrente de grande estoque de mercadorias para a venda e a falta de meios para comprá-las (RAMOS, 2009). O que ocorre é que a oferta de mercadorias torna-se excessiva em relação à procura (demanda) e, então, restringe-se a produção ao limite (NETTO; BRAZ, 2006).

A primeira grande crise do capital, a depressão de 1929/1932, causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como quedas drásticas na produção industrial, nos preços de ações e em praticamente toda atividade econômica de diversos países no mundo, o que agravou a situação econômica global e redundou na Segunda Guerra Mundial. A partir desse período, confirmou-se a convicção sobre a necessidade de regulação estatal para seu enfrentamento. É então que

o chamado *Welfare State*⁵ – Estado de Bem-Estar Social – se expande, marcando um momento de longa expansão nas décadas de 1950 e 1960⁶.

Behring e Boschetti (2008, p. 94) apontam três princípios que norteiam esse Estado de Bem-Estar Social:

1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma ‘rede de segurança’ de serviços de assistência social.

Desenvolvendo papel essencial na sociedade nas décadas de 1950 e 1960, o Estado era ator primordial para a regulação social mediante implementação de políticas sociais, propiciando a acumulação do capital. Em meados de 1960, porém, ele percebeu que não atendia mais aos interesses capitalistas naquele contexto. A partir disso, este período se caracterizou por uma atuação retraída do Estado na área das políticas sociais, baseadas apenas na implantação de programas emergenciais e assistencialistas, implementados apenas com fins eleitoreiros e clientelistas.

O início dos anos 1970 é marcado por outra crise capitalista clássica de superprodução assinalada por uma época de estagnação, deixando de lado a ideia de que as crises do capital estariam sempre sob controle por meio do intervencionismo do Estado. E, desde então, houve uma dificuldade enorme de o capitalismo contemporâneo escapar ao dilema entre recessão profunda ou inflação acentuada (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

É a partir desta grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando o mundo capitalista caiu numa longa e profunda recessão, combinado com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, que as ideias neoliberais passaram

⁵ Igualmente conhecido como Estado-providência, é um modo de organização política e econômica que aloca o Estado como agente da fomentação (protetor e defensor) social e ordenador da economia. Nesta direção, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país. Cabe ao Estado do bem-estar social regular e prover benefícios e serviços sociais com o objetivo de proteção à população. Cabe salientar, neste momento, que o *Welfare State* nasceu também com o intuito de enfrentar a crise do capital; esse é apenas um dos motivos.

⁶ Nesta época, ocorreram transformações socioeconômicas inerentes ao padrão de acumulação capitalista vigente entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1960.

a ganhar espaço. Era preciso uma disciplina orçamentária com a contenção dos gastos com bem-estar, a restauração da taxa “natural” de desemprego e a redução de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas (ANDERSON, 1995) para reaver o crescimento.

A derrota do movimento sindical, expressado na queda drástica do número de greves durante os anos 1980, e a notável contenção dos salários também são repercussões do êxito do neoliberalismo.

Essa nova postura sindical, muito mais moderada, por sua vez, em grande parte era produto [...] do crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente (ANDERSON, 1995, p. 15).

O neoliberalismo⁷ se apoia na ideia de que “quanto mais o capital cresce, mais cresce o capital, por mais tautológico que isso possa parecer” (IASI, 2009, p. 28). Gerando mais empregos, aumenta a massa de salários distribuída na sociedade e, conseqüentemente, o consumo, e daí se tem um novo ciclo de produção. Esta é a crença de que a liberdade de mercado e as relações capitalistas são as melhores formas para produzir e distribuir riqueza.

A instabilidade do sistema capitalista faz com que haja uma falta de credibilidade em relação a ele, pois não é mais considerado como capaz de “garantir a melhoria constante do nível de vida, o pleno emprego e a consolidação das liberdades democráticas” (MANDEL apud RAMOS, 2009, p. 59).

A atual conjuntura capitalista, pós-1970, baseada nas contradições, mazelas e crises inerentes ao próprio sistema produtor de mercadorias, é marcada pelo processo de reestruturação do capital que consiste em um novo modo de acumulação como estratégia para sair de sua crise contemporânea, mantendo o equilíbrio do sistema capitalista como um todo.

Este processo se caracteriza pela perda de direitos sociais, pelo debate das políticas sociais públicas, levando em conta a focalização ao invés da universalização, e

⁷ Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. “O neoliberalismo é a expressão do projeto societário do capital que operacionaliza as alterações necessárias ao processo de reestruturação no final do século XX até os dias atuais, repercutindo na vida dos sujeitos e nas relações sociais” (DUARTE, 2007, p. 26).

da remercantilização e da refilantropização⁸ da questão social⁹, o que enfatiza a despolitização dos interesses sociais, entre outros.

Isso tudo contribui para afirmar que neste sistema não há igualdade, permeando um antagonismo de interesses entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009). O objetivo primário deste sistema é o “acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 2009, p. 20). O grande capital implementa a erosão das regulações estatais, visando claramente “à liquidação de direitos sociais, ao assalto ao patrimônio e ao fundo público, com a desregulação sendo apresentada como ‘modernização’ que valoriza a sociedade civil” (NETTO, 1996, p. 100).

A presente sociedade é marcada por um Estado conhecido como “Estado Neoliberal”, assinalado como forte interventor na economia, mantenedor do domínio de classes, principalmente da classe burguesa, em prejuízo de um Estado social. É considerado um “prisioneiro” dos interesses do capital, em que há uma primazia do atendimento desses interesses em detrimento da satisfação das necessidades sociais, estando ausente na esfera social.

A tendência geral é a de redução de direitos, em que as políticas sociais¹⁰ são transformadas em ações pontuais e compensatórias (BEHRING, 2003b), por mais que a Constituição Federal de 1988 envolva a ideia de política social como política universalista e de alcance de direitos sociais às devidas camadas da população.

As políticas sociais têm sido “paliativos às mais graves vicissitudes geradas por um mercado sabidamente pouco regulado e produtor de desigualdades crescentes” (DELGADO; THEODORO, 2003, p. 122) pelo seu caráter focalizador e assistencialista ao abranger prioritariamente os grupos mais vulneráveis da sociedade.

Vale salientar, ignorando a perspectiva tecnicista/focalista que vai contra a promoção de um projeto social, que as políticas sociais não são prioritariamente política de combate à pobreza, não são as únicas maneiras desse combate e não devem estar dissociadas dos direitos sociais (DELGADO; THEODORO, 2003).

⁸ A lógica da remercantilização e da refilantropização da questão social é tida na privatização das políticas sociais, não caracterizando uma concepção de direito de universalidade de acesso.

⁹ A categoria questão social é discutida com detalhes no próximo capítulo.

¹⁰ As políticas sociais são de extrema importância para a vida em sociedade, já que é a partir delas que os direitos sociais se consolidam e as necessidades humanas (as sociais) são atendidas na perspectiva da cidadania ampliada mediante esforço organizado e pactuado (PEREIRA, 2009).

Atualmente, as políticas sociais¹¹, especificamente a Política de Assistência Social, têm se baseado em programas atenuantes de transferência de renda. Esses programas são importantes para grupos vulneráveis, porém, não devem ser a essência de uma política social ou de uma política de redução da desigualdade, podendo ter como consequência o engessamento dessas desigualdades e tornando inviável algum projeto de transformação social.

O presente momento é marcado por muitas mudanças que atingem também o mundo do trabalho e o perfil de atuação do Estado, o que, conseqüentemente, afetam as sociedades como um todo. Na realidade, constitui-se como um período marcado pelo processo contínuo de mudanças visíveis, que vem afetando as sociedades no mundo todo. O período em que vivemos é marcado por

[...] transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades etc. (NETTO, 1996, p. 87).

Em contextos de crise, há ameaças ao trabalhador, como o desemprego e a queda do padrão de vida, em que o capital tem por objetivo exercer seu total predomínio sobre o trabalho, como explica Montañó (2008, p. 28):

[...] a mesma crise que obriga o capital a se reestruturar e a diminuir custos de produção coloca o trabalho numa atitude defensiva. Essa crise se põe como o campo mais fértil para o capital processar a desconstrução e reversão dos ganhos e conquistas trabalhistas e sociais desenvolvidas ao longo da história.

A sociedade contemporânea é engendrada por uma redefinição no modelo de desenvolvimento das forças produtivas, que tem como consequência a constituição de um novo mundo do trabalho, caracterizado pelo trabalho temporário e terceirizado, pelo desemprego estrutural, pela fragmentação de classe, pela debilitação do poder sindical e por estatutos precários de trabalho e emprego.

A reestruturação do capital tem provocado impactos significativos no mundo do trabalho, que se torna fragmentado, complexificado e polissêmico, revestido da precarização das relações e condições de trabalho a fim de adaptar-se a um ritmo

¹¹ As políticas sociais são elementos de grande importância de “estratégia de redistribuição da riqueza em prol de uma sociedade mais justa e equânime” (DELGADO; THEODORO, 2003, p. 126).

intenso de acumulação de capital, a partir da reestruturação produtiva, que, de acordo com Amaral e Mota (1998, p. 23), esta última consiste em um “processo de restauração econômica do capital e ambiente de intervenção política das classes e do Estado nas condições de reprodução social”. É uma das estratégias da reestruturação do capital para sair de sua crise atual.

Assim, essa reorganização do capital é um poderoso instrumento de desorganização e fragilização da classe trabalhadora, que se encontra cada vez mais na defensiva, num cenário onde predomina o desemprego estrutural, além de diversas formas de subemprego. De acordo com Amaral e Mota (1998, p. 27),

[...] em uma conjuntura de crise, a reestruturação da produção e a reorganização dos mercados são iniciativas inerentes ao estabelecimento de um ‘novo equilíbrio’, quem têm como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, afetando tanto a esfera da produção quanto as relações sociais.

O mundo do trabalho versa sobre a precariedade do emprego (ANTUNES, 1999), em que há uma desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas. As novas relações de trabalho inseridas precarizam o trabalho em suas múltiplas dimensões, em que as profissões estão vincadas por enorme diversidade, tensões e confrontos internos.

Pode-se dizer que no universo do mundo do trabalho existe uma “processualidade contraditória”, em que há redução do operariado industrial e fabril¹² e aumento do subproletariado, do trabalho precário e do assalariamento no setor de serviços, em que também o trabalho feminino é incorporado (ANTUNES, 1999). Antunes (1999, p. 42) diz ainda que “há, portanto, um processo de maior heterogenização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora”.

Outra consequência em relação ao mundo do trabalho são as práticas flexíveis de contratação da força de trabalho, mediante o acréscimo significativo da terceirização, da contratação de trabalhadores por tarefas ou em tempo parcial, da introdução dos *call centers*. O resultado é uma “maior precarização dos empregos e redução de salários, aumentando o processo de desregulamentação do trabalho e redução dos direitos sociais

¹² A indústria expulsa força de trabalho por via da automação e não cria novas funções para este trabalhador.

para os empregados em geral e de modo mais intenso para os terceirizados” (ANTUNES, 2006, p. 20).

Pode-se exemplificar essa situação quando se fala dos bancários: são submetidos a sobrecarga de tarefas e a jornadas de trabalho exaustivas. Isso se deve à tentativa de manter seu vínculo trabalhista, agravando-se os problemas de saúde, como as lesões por esforço repetitivo (LER), doença típica da era da informatização¹³ do trabalho (ANTUNES, 2006).

Antunes (2006, p. 25) explica muito bem a atual situação do mundo do trabalho quando expõe as seguintes ideias:

[...] em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal da era da acumulação digital, estamos presenciando a época da informalização do trabalho, caracterizada pela ampliação dos terceirizados, pela expansão dos assalariados do *call center*, subcontratados, flexibilizados trabalhadores em tempo parcial, teletrabalhadores, pelo *ciberproletariado*, o proletariado que trabalha com a informática e vivencia outra pragmática, moldada pela desrealização, pela vivência da precarização [...].

Em um contexto de subalternização do trabalho à ordem do mercado e de desmontagem de direitos sociais e trabalhistas, um novo efeito negativo ao mundo do trabalho é a informalidade, em que “a proporção de trabalhadores brasileiros que está fora do mercado formal de trabalho e, portanto, sem garantias de proteção social cresce continuamente e hoje ultrapassa mais da metade da população economicamente ativa (dobrou na última década)” (YAZBECK, 2001, p. 35).

A condição de desemprego é decorrente também de uma condição estrutural do capitalismo na qual não há emprego para todos, em que o “discurso da qualificação” explica essa circunstância: “ausência de qualificação dos trabalhadores” (BEHRING, 2003a).

Entende-se que estamos na presença de uma regressão, de uma perda de direitos adquiridos pelos trabalhadores, os quais eram garantidos a partir de políticas sociais públicas. Agora, o grande capital, agindo de forma crescentemente articulada, põe em marcha uma série de reajustes e transformações econômicas, políticas e sociais dentro da órbita da intervenção do Estado, particularmente no enfrentamento da questão social.

¹³ O citado autor trabalha em seu livro quais são as consequências da era da informatização no mundo do trabalho e as formas diferenciadas da informalidade do trabalho, questões típicas da atualidade.

2.2 REFORMA OU CONTRARREFORMA DO ESTADO?

A conjuntura contemporânea, a partir do processo de reestruturação do capital pós-1970, é balizada na flexibilização das condições e relações de trabalho, no afastamento do Estado das responsabilidades sociais e na regulação social entre capital e trabalho. No entanto, o Estado permanece como instrumento de consolidação hegemônica do capital em seu papel central no processo de desregulação e Reforma do Estado, ou melhor, contrarreforma estatal.

Na conjuntura de reestruturação da sociabilidade do capital, o Estado tem uma função definida que o conduz, a partir dos princípios neoliberais, a uma reforma ou contra-reforma, segundo os interesses de superação da crise e da necessidade de reorganização capitalista. (DUARTE, 2007, p. 39).

Desencadearam-se, então, as primeiras medidas para reduzir o Estado e realizar a ruptura com o passado intervencionista, sobretudo a partir da privatização, da liberalização comercial e da abertura da economia a fim de reorganizá-lo em função dos interesses do capital, uma vez que o Estado, que historicamente sempre interveio no processo econômico capitalista, está “a serviço de franjas burguesas” (NETTO, 2009, p. 24).

Um dos objetivos do capitalismo era a redução do setor público, a partir da privatização e do estreitamento das intenções e possibilidades de investimento social por parte do Estado, iniciando-se um processo de reflexão sobre a redefinição de seu papel (BEHRING, 2003a). O Estado, que a partir das décadas de 1970/1980 vinha confirmando sua atuação a favor da lógica do capital, contribuindo com o processo geral de reestruturação capitalista, adentrou os anos 1990, marcadamente neoliberal, minimizando suas ações sociais e assumindo uma posição vinculada a interesses capitalistas¹⁴.

Emergindo de forma mais contundente nos anos 1990, as alterações na órbita do Estado concretizaram para o Brasil um sistema residual seletivo, conferindo às políticas sociais apenas a função compensatória e paliativa, revertendo, portanto, todas as

¹⁴ Está claro que o Estado foi apanhado pela lógica do capital na medida, também, em que se afasta parcialmente do trato à questão social por ter que se adequar à nova lógica neoliberal que o pressiona. Essa ideia de o Estado estar funcional ao capital diz respeito ao juízo de atuar para favorecer as condições necessárias à acumulação e à valorização do capital.

conquistas adquiridas na década de 1980. Segundo Montaña (2008, p. 29), a contrarreforma “está articulada com o projeto de liberar, desimpedir e desregular a acumulação de capital, retirando a legitimação sistêmica e o controle social da ‘lógica democrática’ e passando para a ‘lógica da concorrência’ do mercado”.

O período de governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso¹⁵ foi intitulado de Reforma do Estado, porém, caracterizou-se realmente como uma verdadeira contrarreforma. Isso se deve ao fato, por exemplo, de o Brasil ter perdido “autonomia e soberania nacionais em função de uma maior integração à ordem mundial” (BEHRING, 2003a, p. 118).

Chama-se contrarreforma do Estado, pois se entende que a Reforma do Estado (alteração da sua forma de intervenção na sociedade) nesse período foi uma estratégia de retirar o Estado de suas funções produtivas; foi uma forma de regressão de conquistas da classe trabalhadora brasileira. Montaña (2008, p. 32) explica que “os ‘ganhos’ [...] incorporados nos direitos do trabalhador e da população em geral não ocorrem sem uma contrapartida de legitimação sistêmica e consolidação da hegemonia capitalista industrial”.

A crise social deste momento contida temporariamente pelo Plano Real em 1994 tende a se agravar, já que o Brasil tem uma visão política conservadora, que abstém a reforma agrária – por exemplo – e econômica, incentivando o capital ao crescimento, em detrimento de iniciativas distributivas a fim de diminuir as disparidades sociais (BEHRING, 2003a).

Em síntese, na entrada dos anos 1990 teve-se um país abatido pela inflação e que foi catalizador para a hegemonia neoliberal: “paralisado pelo baixo nível de investimento privado e público; sem solução consistente para o problema do endividamento; e com uma situação social gravíssima” (BEHRING, 2003a, p. 137). Pode-se observar, naquela época, uma situação de crise profunda.

É interessante destacar que quando se aborda este ponto, que centraliza a discussão na questão do papel do Estado, chega-se à conclusão que ele vem perdendo seu poder regulador. O Estado, que era a base responsável pelo provimento das políticas sociais, transferiu, da década de 1990 para os dias atuais, suas responsabilidades para

¹⁵ Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil no período de 1994 a 2002.

organismos da sociedade civil¹⁶, voltando àquela visão de que o bem-estar compete ao âmbito privado.

Por meio de vigorosa intervenção estatal a serviço de interesses privados articulados no bloco do poder contraditoriamente conclama-se, sob inspiração neoliberal, a necessidade de reduzir a ação do Estado ante a questão social mediante a restrição de gastos sociais [...]. A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses da grande capital financeiro [...] (IAMAMOTO, 2001, p.20).

Esta desresponsabilização do Estado diante das políticas sociais é observada na atuação do “Terceiro Setor”, quando é transferido para este o encargo de transformar a realidade, sendo que suas ações são emergenciais, superficiais, pontuais e não resolvem os problemas a longo e médio prazos. O interesse em desarticular as ações do Estado está em corroborar os objetivos do capital no processo de reestruturação neoliberal.

Nesse sentido, serão discutidas no próximo capítulo a atuação do “Terceiro Setor” e sua localização estratégica no projeto neoliberal, a fim de analisar como este se insere no debate do enfrentamento da questão social na contemporaneidade.

¹⁶ Há um debate acerca de seus conceitos. Na atualidade, a sociedade civil é entendida como uma forma de representação homogênea da sociedade na gestão do Estado (AMARAL, 2008), que significa um movimento de afastamento do Estado de suas responsabilidades sociais.

3 O “TERCEIRO SETOR” E SUA LOCALIZAÇÃO NO PROJETO NEOLIBERAL

Esta seção se dedica a retomar a gênese da questão social, bem como discuti-la na atualidade, partindo do princípio de que este tema está localizado no processo de produção e reprodução social do sistema capitalista.

Refletir sobre a questão social significa realizar uma articulação entre esse assunto e o papel do “Terceiro Setor” na contemporaneidade, diante da atual conjuntura capitalista, a fim de desmistificar a noção hegemônica sobre este “Setor”.

3.1 QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

As alusões citadas no capítulo anterior a respeito do sistema capitalista, referenciando-o como um sistema em que não há igualdades¹⁷ e que traz repercussões negativas para a sociedade¹⁸, como resultado de um antagonismo entre o proletariado e a burguesia, manifesta, assim, a questão social.

A ‘questão social’ na sociedade capitalista tem sua gênese nos problemas sociais a serem resolvidos nas diferentes formações sociais pré-capitalistas, mas sua origem data da segunda metade do século XIX, quando a classe operária faz sua aparição no cenário político na Europa Ocidental; em definitivo quando a ‘questão social’ torna-se uma questão eminentemente política. Por isso afirmamos que a ‘questão social’ que tem sua raiz na sociedade capitalista deve ser pensada como parte constitutiva dessa sociedade que nos diferentes estágios produz distintas manifestações (PASTORINI, 2010, p. 106-107).

No século XIX, com a “tomada de consciência” por parte da classe trabalhadora de sua condição de exploração, em que o desenvolvimento econômico crescia tanto

¹⁷ A igualdade referenciada aqui não é a meramente formal defendida pelos neoliberais, e sim aquela igualdade substantiva, ou seja, igualdade de padrões de vida, de divisão igualitária, principalmente econômica.

¹⁸ A flexibilização no mundo do trabalho, o trabalho precarizado e desregulamentado, a mão de obra polivalente e o desemprego estrutural são alguns exemplos de repercussões negativas para a sociedade.

quanto o pauperismo, começam as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho; aqui, emerge a questão social no Brasil, passando a ser problematizada pelos movimentos sociais.

O surgimento da questão social está atrelada à contradição capital *versus* trabalho; em outros termos, é uma consequência originada pelo domínio do modo capitalista de produção, quando desvenda as desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, assim como aponta a centralidade da luta pelos direitos da maioria da população, ou, como os homens resistem à subalternização e à dominação política e econômica. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2009, p.77),

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Ao se pensar questão social, não há como não atrelá-la à exploração da classe trabalhadora: “Desde sua emergência, a ‘questão social’ tem como núcleo problemático o trabalho assalariado” (PASTORINI, 2010, p. 111). É uma relação intimamente ligada na medida em que aquela tem sua gênese na apropriação privada da atividade humana, a qual diz respeito ao conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2001).

A questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Contradição, esta, fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente: os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela, gerando as desigualdades e as expressões da questão social (MACHADO, 1999). É assim que o trabalhador não usufrui das riquezas por ele produzidas.

O sistema capitalista produz, compulsoriamente, a questão social, em que ela é inerente a este sistema¹⁹, pois está determinada na relação capital *versus* trabalho e em especial no elemento fundamental desta analogia: a exploração. Ela é “constitutiva do desenvolvimento do capitalismo” (NETTO, 2001, p. 45); é uma contradição entre a

¹⁹ “Falar da ‘questão social’ implica necessariamente fazer referência ao capitalismo” (PASTORINI, 2010, p. 95).

burguesia e o proletariado, entendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais advindas do sistema capitalista e da sua intrínseca contradição. A questão social é “indissociável das relações sociais capitalistas, nos marcos da expansão monopolista e de seu enfrentamento pelo Estado” (IAMAMOTO, 2001, p. 27).

A redução dos níveis de emprego, o agravamento da questão social e a regressão das políticas sociais são consequências da lógica financeira do regime de acumulação do sistema capitalista, em que tende a provocar crises que se materializam no mundo, gerando retrocesso social, com maior concentração de renda e aumento da pobreza.

Na atualidade, no Brasil, há o agravamento das expressões da questão social, o que significa considerar a ampliação das desigualdades sociais. Um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002), aponta que, no ano de 2002, no Brasil, quase um terço da população vivia com até meio salário mínimo *per capita*. Em relação a saneamento básico, apenas 31,6% da população que vivia com meio salário mínimo conseguia habitar domicílios situados em áreas onde havia tratamento de esgoto (IBGE, 2002).

Em 2008, o valor médio do rendimento familiar *per capita* era de R\$ 720. Entretanto, metade das famílias vivia com menos de R\$ 415, mesmo valor do salário mínimo de setembro de 2008. A distribuição de renda no país continua bastante desigual, como demonstram os valores do rendimento mediano no Nordeste e no Sudeste: R\$ 250 contra R\$ 500, respectivamente (IBGE, 2009).

Esses dados nos fazem refletir que cada vez mais o capital aumenta as disparidades dentro da sociedade, visando à redução ou eliminação da intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades. A lógica do capitalismo atual é de um Estado que não assume tarefas que possam suprir as necessidades sociais, com ações reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social.

O ‘modelo’ é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais. (YAZBECK, 2001, p. 37).

O debate sobre questão social é bastante produtivo e importante, particularmente na conjuntura das transformações societárias em tempos de crise do capital. Em sua essência, há duas principais abordagens da questão social que trazem repercussões para o seu enfrentamento contemporâneo. São elas:

- A primeira diz respeito à ideia de uma “nova questão social”, resultado das transformações contemporâneas, particularmente no mundo do trabalho, necessitando também de novas respostas para o seu enfrentamento. Na verdade, contribui com a lógica da desresponsabilização do Estado e a transferência de responsabilidades estatais para a esfera do “Terceiro Setor”, a fim de justificar um novo enfrentamento das expressões da questão social. Isso se dá no julgamento de que o Estado em crise é incapaz de prover as necessidades sociais. O termo “nova” refere-se à opinião de alguns autores de que o cerne que gera a desigualdade e a questão social mudou.

Duarte (2007) explica este debate, indicando o autor Robert Castel²⁰ como seu principal defensor: a “nova questão social” “seria uma consequência da revolução tecnológica (algo inevitável e irreversível) que ultrapassaria um modelo industrial para adentrar numa sociedade ‘pós-industrial’, ou ‘pós-trabalho’” (idem, p. 73).

Dessa forma, seria necessária uma maneira diferente de intervenção na “nova questão social”, provavelmente mais ajustada às questões atuais, transferindo, para o âmbito imediato e individual e para a esfera privada, as respostas sociais à “nova questão social”. Ela se apresenta nas mudanças históricas da sociedade, diferente da questão que emergiu no século XVIII, quando há transformações da problemática do emprego, caracterizadas pelo desemprego, pela precarização do trabalho, pelos contratos de trabalho temporários, perdendo-se a hegemonia do contrato de trabalho indeterminado. Segundo Montaña (2002?, p. 1-2),

A crise e a suposta escassez de recursos servem de pretexto para justificar a retirada do Estado da sua responsabilidade social e a expansão dos serviços comerciais ou desenvolvidos num suposto ‘terceiro setor’. Por outro, a recorrente afirmação de que existiria hoje uma ‘nova questão social’ tem, implicitamente, o claro objetivo de justificar um novo trato à ‘questão social’; assim, se há uma nova ‘questão social’ seria justo pensar na necessidade de uma nova forma de intervir nela, supostamente mais adequada às questões atuais;

²⁰ Duarte (2007) faz a crítica à concepção de “nova questão social” a partir do debate de Robert Castel (1999) em seu livro “As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário”.

- A segunda abordagem indica que há alterações nas expressões da questão social e que esta permanece inalterada, quando as condições em que a questão social se estabelece no capitalismo continuam sem modificação, mas as novas expressões – mais acirradas em função do momento atual do capitalismo – caracterizam a desigualdade entre uma classe que explora e a outra massa que é explorada. Montaño (2002?, p. 1-2) aborda este assunto quando explica:

Na verdade, a ‘questão social’ – que expressa a contradição capital-trabalho, as lutas de classe, a desigual participação na distribuição de riqueza social – continua inalterada; o que se verifica é o surgimento e alteração, na contemporaneidade, de suas refrações e expressões. O que há são novas manifestações da velha ‘questão social’.

Na mesma linha de raciocínio, Iamamoto (2001) considera que tal categoria é o resultado das diversas transformações societárias da atualidade originadas pelo sistema capitalista. Para a autora,

[...] presencia-se hoje uma renovação da velha questão social, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas de sua produção/reprodução na sociedade contemporânea, aprofundando suas contradições (IAMAMOTO, 2001, p. 18).

A questão social, na atualidade, sendo entendida como “nova questão social”, faz com que se perca a possibilidade de analisá-la como questão política, econômica, social e ideológica que se refere a uma correlação de forças entre classes e setores de classes diferentes, inseridos em um contexto de movimentos sociais pela luta da hegemonia. Assim, a questão social é colocada como “des-historicizada, des-economizada e des-politizada” (PASTORINI, 2010, p. 103).

Portanto, a perspectiva que direcionou este trabalho é a de que a questão social continua a manter a gênese dos traços constitutivos da sua origem, em que ela tem novas manifestações/expressões a partir do atual momento de desenvolvimento do capitalismo que expande a exploração da classe trabalhadora e, assim, exalta a luta de classes. E, para superá-la, é necessário superar a ordem burguesa, cujo sujeito da transformação das relações sociais é a classe trabalhadora.

Na entrada dos anos 1970, exauriu-se o momento de expansão do capitalismo²¹, estabelecendo transformações nas sociedades capitalistas, que contribuíram para a emergência de novas expressões da questão social, e não uma “nova” questão social, ou seja, a cada novo estágio de desenvolvimento do capital, surgem expressões sócio-humanas diferentes e complexas, as quais correspondem ao fortalecimento da exploração, que é sua razão de existência (NETTO, 2001).

São verificadas profundas modificações nas formas de produção e de gestão do trabalho perante as novas exigências do mercado capitalista, transformando as relações Estado e sociedade e, conseqüentemente, manifestando novas expressões da questão social. No caso do Brasil, dado os novos rumos do capitalismo, o país entra na década de 1990 sob imposição do neoliberalismo, que desenha essas novas expressões.

A precarização, decorrência da reestruturação do capitalismo, acarreta uma degradação das relações de trabalho e das proteções correlatas, contribuindo para aumentar a vulnerabilidade social, o que supostamente estaria indicando a presença de novas expressões da questão social. É um efeito incontornável da ordem do capital.

Devemos analisar a real possibilidade de sustentar um sistema baseado no conceito de solidariedade e igualdades numa sociedade capitalista comandada pelo projeto neoliberal onde cresce rapidamente a precarização, a instabilidade e o desemprego estrutural, que não são conseqüências ‘naturais’ do desenvolvimento das sociedades modernas e sim uma opção política (PASTORINI, 2010, p. 74).

O projeto neoliberal quer acabar com a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com a igualdade de acesso, com a base de solidariedade²² e responsabilidade social. E, para isso, a responsabilidade pelo social tem sido transferida para o âmbito privado, para o “Terceiro Setor”, o qual atua no “novo trato à questão social”, ou em uma nova forma de atender a estas expressões, não mais com o Estado como principal interventor, mas a própria sociedade, não mais na perspectiva do direito social. É então que “Cresce o Terceiro Setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade” (YAZBECK, 2001, p. 37).

²¹ Assunto tratado no capítulo I.

²² “Hoje, no Brasil, a ideia de solidariedade tem sido propagada como remédio para os males sociais, políticos e econômicos” (GUSMÃO, 2000, p. 93). É difundida dessa forma com o intuito de camuflar a luta de classes no interior de uma sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, além de uma maneira de “aliança política”.

Essas respostas à questão social não instituiriam direitos, mas ações filantrópicas/voluntárias, em que a universalização é renunciada para dar lugar à focalização e à descentralização, em que a “solidariedade social” passa a ser localizada e pontual no âmbito do “Terceiro Setor”.

3.2 OS DESAFIOS POSTOS PELO “TERCEIRO SETOR”

Na concepção hegemônica, o termo “Terceiro Setor” passa a existir a partir da ideia de que a sociedade atual está estruturada em três grandes setores: o Estado (primeiro setor), o mercado (segundo setor) e as organizações da sociedade civil que atuam sem finalidade de lucro com ações de interesse público (“Terceiro Setor”). Sendo assim, o Estado atua na esfera pública estatal, o mercado na esfera privada e o “Terceiro Setor” na esfera pública não estatal.

A perspectiva hegemônica aborda esta questão de forma mistificada e ideologizada, em que o “Terceiro Setor” teria como objetivo gerar serviços de caráter público. Entretanto, este estudo expressa uma noção diferenciada sobre tal fenômeno.

O “novo trato à questão social” é observado na desresponsabilização do Estado e é notado na ação do “Terceiro Setor”, o qual pode ser assinalado como atividade pública desenvolvida por particulares; função social de resposta às necessidades sociais; valores de solidariedade local, autoajuda e ajuda mútua (MONTAÑO, 2008). Na verdade, este “Setor” constitui uma alternativa de substituir o Estado em crise no que se refere ao enfrentamento da questão social.

Observa-se uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas – de abrangência universal – no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais. Esse deslocamento da satisfação das necessidades da esfera do direito público para o direito privado ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos, que hoje está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social (IAMAMOTO, 2001, p. 24-25).

O “Terceiro Setor” ganha espaço na medida em que a intervenção estatal é ausente em alguns aspectos, contribuindo para a chamada refilantropização da questão

social, que se dá na transferência para a sociedade civil das responsabilidades sociais mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas. Este “Setor” “se caracteriza pela negação tanto do lucro quanto do poder de Estado” (ALMEIDA, 2004, p. 98).

O Estado, dirigido pelos governos neoliberais, se afasta parcialmente da intervenção social, porém, ele é subsidiador e promotor do processo ideológico de ‘transferência’ da ação social para o ‘terceiro setor’ (MONTAÑO, 2002?, p. 7).

Segundo Duarte (2007), o debate sobre tal fenômeno é bastante polêmico, gerando entendimentos divergentes que interferem nas estratégias de intervenção na questão social. A autora apresenta, ao fazer a crítica, duas perspectivas sobre o “Terceiro Setor” que predominam na atualidade: a conservadora e a crítica²³.

Há duas tendências que prevalecem na contemporaneidade, cujas direções se distinguem e se articulam a projetos societários diferentes: uma tendência dominante ou conservadora e outra tendência crítica e de totalidade, na qual esta última busca a essência do fenômeno a partir das múltiplas determinações que o envolvem (DUARTE, 2007, p. 49-50).

Na primeira perspectiva, “tendência dominante ou conservadora” (DUARTE, 2007), o “Terceiro Setor” aparece como terceira possibilidade real no enfrentamento da questão social, para além do Estado. Nesta lógica, nem o Estado e nem o mercado seriam capazes de resolver os problemas sociais da atualidade. A sociedade civil, mistificada como sinônimo de “Terceiro Setor”, é compelida a intervir no social. Na perspectiva crítica, o fenômeno é considerado como parte integrante do processo de reestruturação do capital, “inserido nas contradições da sociedade capitalista contemporânea, representando interesses da classe dominante e, assim, caracterizando-se como estratégia de consenso e hegemonia” (DUARTE, 2007, p. 56).

Muitas pessoas carregam, sem fazer a crítica, a ideia de que grande parte da solução da pobreza e miséria que aflige o mundo atual está nas mãos das organizações deste “Setor” que se apropria da prestação de serviços, explora o voluntariado e contribui para a destruição das políticas sociais públicas, fundamentadas na lógica dos

²³ Duarte (2007, p. 50) esclarece: “Cabe ressaltar que ambas as tendências são atravessadas pelo movimento contraditório do real; todavia, conforme o lugar que o terceiro setor ocupa na sociedade contemporânea, são visíveis as particularidades que diferenciam uma e outra tendência, sendo assim apresentadas para efeito de exposição”.

direitos sociais. Porém, ele traz consigo outra resposta às necessidades sociais: ao invés de ser uma responsabilidade de todos e um direito do cidadão, transpõe-se agora – a partir da apropriação pelo capitalismo de valores como a solidariedade – como opção do voluntário na ajuda ao próximo (MONTAÑO, 2008). A naturalização do pensamento da sociedade, que reforça o individualismo, e tem uma noção de que cada um tem que “se virar” no mercado – ‘é assim mesmo, não há como mudar’ –, ativa os apelos morais à solidariedade (IAMAMOTO, 2001) no enfrentamento das expressões da questão social.

[...] o que é chamado de ‘terceiro setor’, numa perspectiva crítica e de totalidade, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidade) para a função social de resposta à ‘questão social’, seguindo os valores da solidariedade local, da auto-ajuda e da ajuda mútua (MONTAÑO, 2002?, p. 186).

O “Terceiro Setor”, assim como valores altruístas de solidariedade individual e do voluntarismo, é um meio de o capitalismo monopolista, baseado nos princípios neoliberais, enfrentar sua crise atual a partir da reestruturação do capital. “As sequelas da ‘questão social’, expressas na pobreza, na exclusão e na subalternidade de grande parte dos brasileiros, tornam-se alvo de ações solidárias e da filantropia revisitada” (YAZBECK, 2001, p. 36).

A abordagem neoliberal de resposta às expressões da questão social, que versa por um trato passageiro e emergencial, não resolve os problemas e não atua nos alicerces da questão, não dando respostas consistentes e abrangentes. Essa vertente implica em “perpétua dependência dos setores carentes por este tipo de resposta, consolida as desigualdades sociais preexistentes, elimina a política social como direito do cidadão e até fomenta o clientelismo” (MONTAÑO, 2008, p. 195).

A questão social brasileira, como expressão de relações de classe, é despolitizada em seu reconhecimento, desqualificando-a como questão pública, política, nacional. A privatização e a transferência para o “Terceiro Setor” das respostas às sequelas da

questão social²⁴ têm como uma das consequências um processo de multifragmentação das políticas sociais, em que sua implementação se dá em nível privado, em geral, destinadas a pequenas parcelas da população e de forma descoordenada. (MONTAÑO, 2008).

O Estado ser responsável pela resposta à questão social significa que toda a sociedade tem esse dever, mediante o financiamento compulsório²⁵. Porém, com a privatização dos serviços sociais, a obrigação deixa de ser da sociedade e passa a ser dos próprios usuários desses serviços, na medida em que o capital deixa de ser obrigado a co-financiar as políticas sociais estatais. “O capital, assim, se desonera da contribuição compulsória. Sua intervenção na ‘ação social’ assume a forma voluntária de ‘doação’ (segundo sua ‘consciência cidadã’ e sua ‘responsabilidade social’), não de obrigação” (MONTAÑO, 2002?, p. 8).

Outra decorrência do “novo trato à questão social” se deve às políticas sociais serem focalizadas em suas ações, na medida em que vão contra o princípio universalista, o que tem como consequência uma queda de qualidade dos serviços direcionados ao enfrentamento das sequelas da questão social. A focalização nada mais é que uma forma discriminatória que não leva em conta a cidadania, sendo que seu caráter emergencial induz seus recursos a serem utilizados de forma discricionária pelo Poder Executivo Federal, propiciando, por exemplo, o clientelismo político.

As modalidades de resposta à questão social fundamentadas no projeto neoliberal – filantropia, focalização – dependem de fundos públicos para seu funcionamento. Essa transferência é chamada de “parceria” entre o Estado e a sociedade civil; ela se fundamenta na prestação de serviços precários e focalizados por parte do “Terceiro Setor”, em que o Estado tem menos gastos na medida em que não desenvolve políticas sociais universais permanentes e de qualidade.

Como citado anteriormente, “Terceiro Setor” e sociedade civil são considerados sinônimos na lógica neoliberal. Cabe ressaltar que a sociedade civil sendo entendida

²⁴ A reforma do Estado, de acordo com a lógica neoliberal, deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1995), porém, a transferência das responsabilidades estatais para as organizações do “Terceiro Setor” refere-se, na verdade, a uma verdadeira privatização, ao invés de publicização, como é chamada pelo neoliberalismo.

²⁵ No contexto do *Welfare State*, a responsabilidade pela resposta à questão social é de responsabilidade do conjunto da sociedade por via do Estado.

assim, a luta de classes é camuflada, uma vez que os interesses e conflitos entre classes não são considerados. Na verdade, busca-se a adesão da classe trabalhadora às reformas necessárias ao capital em tempos de crise e o estímulo à participação de todos nessas mudanças, assim como a disseminação de que os recursos do Estado são insuficientes para prover as necessidades sociais.

Dessa forma, será abordado no próximo capítulo o tema da sociedade civil na contemporaneidade e suas implicações, bem como o papel do voluntariado neste contexto.

4 A “PARTICIPAÇÃO” DA SOCIEDADE CIVIL: A QUESTÃO DO VOLUNTARIADO

Este capítulo se destina, primeiramente, a conceituar sociedade civil e seus diversos sentidos, a fim de problematizar este conceito na atual conjuntura. O objetivo é demonstrar que na contemporaneidade este tema tem vários significados e, conseqüentemente, diversas repercussões na vida social e política.

Em seguida, será feita uma discussão acerca do papel do voluntariado na atualidade. A finalidade é demonstrar como no Brasil a ideia de trabalho voluntário se configura conforme os interesses e as necessidades do capitalismo contemporâneo.

E a finalização consiste em exemplificar o crescimento do voluntariado nos últimos anos a partir da experiência de estágio supervisionado em uma entidade beneficente de assistência social do Plano Piloto do Distrito Federal.

4.1 O QUE É SOCIEDADE CIVIL NA CONTEMPORANEIDADE?

Com o passar do tempo, sociedade civil carregou diversos conceitos em sua origem. Portanto, cabe recuperar, brevemente, os sentidos tradicionais deste termo a partir de alguns autores clássicos, a fim de nortear o estudo:

- Na doutrina contratualista²⁶, embasada por Hobbes, Locke, Kant e Rousseau (final do século XVI e início do século XVII), sociedade civil está em uma oposição à sociedade natural, caracterizando-se tanto no sentido de sociedade civilizada, quanto no sentido de política. Aqui, a sociedade civil surge com o intuito de estabelecer normas a partir de contratos, em que o Estado é regido por essas normas, as quais todos se submetem voluntariamente (TONET, 1997). A sociedade civil ou o Estado (estabelecida por normas, leis e autoridades) sucede a sociedade natural (sem leis e autoridades).

²⁶ Doutrina que apresenta a ideia de que a origem da sociedade e o fundamento do poder político vêm de um contrato, isto é, de um acordo tácito ou expresso entre a maioria dos indivíduos, que assinalaria o fim do estado natural e o início do estado social e político.

Para os autores, era necessário se estabelecer normas para reger a sociedade²⁷. O direito de propriedade é aquele que é fruto do esforço individual realizado por cada um. Assim, “as atribuições do Estado estariam voltadas a garantir o processo de produção e reprodução de mercadorias, aí incluídos a proteção do mercado dos seus efeitos autodestrutivos, a preservação da propriedade etc.” (AMARAL, 2008, p. 70). A propriedade é, prioritariamente, o núcleo fundante dos objetivos finais do contrato social estabelecido entre os homens em sociedade;

- Para Hegel (final do século XVIII e início do século XIX), os contratualistas se equivocam quando afirmam verem no Estado o resultado do consenso dos indivíduos. Seu entendimento era de que o Estado funda a sociedade civil como sociedade política regida pelo princípio da universalidade (TONET, 1997). Sociedade civil é algo distinto e separado do Estado político onde se desenvolvem as relações e atividades econômicas: “a sociedade civil é vista como esfera das relações econômicas, jurídicas e administrativas, não mais opondo estado de natureza e estado civil pela conformação de um contrato” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 31).

Tonet (1997) indica que o Estado necessita da disposição dos cidadãos para a plena realização de seus fins. Desta forma, a família é importante para o indivíduo elaborar o sentido de pertencimento a uma comunidade. Daí o nascimento da sociedade civil, que se constitui pela existência de inúmeras famílias que trazem consigo os interesses os mais diversificados.

Sociedade civil se relaciona ao sistema das necessidades dos indivíduos e aos meios para satisfazê-las. Nesse contexto, as vontades particulares se tornam predominantes, resultando em conflitos e interesses diversos, em uma ‘desordem’, só resolvida com a constituição de uma instância superior, externa, que é o Estado. Sociedade Civil não se configura em um todo relacionado ao Estado. Pelo contrário, é um apêndice do Estado (AMARAL, 2008, p. 74);

- Em Marx (século XIX), sociedade civil tem sua natureza na propriedade privada regida pelo capital, abarcada por conflitos entre capital e trabalho, além de o Estado²⁸ expressar e reproduzir dominação (TONET, 1997). Para ele, é na sociedade

²⁷ Aqui, sociedade é equalizada à sociedade civil.

²⁸ Para Marx, o “Estado é uma esfera a favor das classes dominantes desde seus primórdios, nas sociedades escravistas da Antiguidade. Surgiu para proteger os interesses da classe dominante e controlar as revoltas dos escravos” (SOUZA, 2010, p. 37).

civil que se fundamenta a natureza estatal e a define “enquanto sociedade burguesa, como esfera da produção e da reprodução da vida material” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 35);

- Gramsci (final do século XIX e início do século XX) constrói a ideia de que o Estado é um articulador das diversas formas de política, dos mecanismos de burocracia e coerção e, assim, diz ser sociedade civil um dos espaços privilegiados da luta de classes:

[...] o conjunto de instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos, de ideologias, compreendendo o sistema escolar, os partidos políticos, as igrejas, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico (PEREIRA, 2009, p. 159).

Com isso, o Estado se organiza em uma combinação que acumula tanto o aparelho estatal propriamente dito – o elemento coerção – quanto o aparelho privado de hegemonia, ou a sociedade civil, que é o lugar privilegiado de disputas de projetos societários e onde se determina a hegemonia;

- Tocqueville (século XIX), pensador liberal²⁹, acreditava que o povo é naturalmente incapaz de governar. Dessa forma, deve deixar o governo aos outros que teriam menores dificuldades e melhores condições para fazê-lo e, então, participar nas associações da sociedade civil. Dessa forma, “concebe uma sociedade civil carregada de organizações de associação livre, da qual o cidadão possa participar de acordo com seus interesses privados, vinculando-se com outros através da ajuda mútua” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 53).

O conceito gramsciano de sociedade civil apresentado recupera uma abordagem política e é assentado na ideia de conflitos de classe em seu interior com a finalidade de articular e organizar os interesses de classe na disputa pela hegemonia. Sociedade civil sendo entendida de acordo com a lógica neoliberal deixa de lado essa concepção de Gramsci, enquanto espaço de articulação e de alianças políticas. Este estudo baseou-se neste juízo, o de que a sociedade civil deveria ser “uma das esferas sociais em que as classes organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos

²⁹ O Liberalismo era um sistema político-econômico baseado na defesa da liberdade individual. Começou a se fortalecer em meados do século XIX.

societários, na qual as classes e suas frações lutam para conservar ou conquistar hegemonia” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 43).

No Brasil, o conceito de sociedade civil ganhou tamanha proporção a partir do período final da ditadura militar, em que vários segmentos da sociedade começaram a se organizar para reivindicar seus direitos (TONET, 1997). Nesta época, sociedade civil indicava o espaço “civil” na luta contra o Estado ditatorial a partir de movimentos populares. Dessa maneira, o objetivo era fortalecer a sociedade civil para enfraquecer e erradicar o Estado militarizado, em uma clara oposição entre Estado e Sociedade.

Na atual conjuntura, este termo é utilizado pelos neoliberais como espaço da representação homogênea dos interesses populares, porém, é funcional às ideologias neoliberais, em que fortalecer a sociedade civil significa enfraquecer e diminuir o Estado em suas responsabilidades sociais (DURIGUETTO, 2005). Como dito no capítulo anterior, sendo entendida de acordo com a lógica neoliberal, a luta de classes é encoberta, a classe trabalhadora permanece ajustada com o capital em tempos de crise, traduzindo o empenho de transferir a responsabilidade do Estado para a sociedade civil³⁰.

Particularmente nas duas últimas décadas, o conceito de sociedade civil tem sido utilizado com o mesmo significado de “Terceiro Setor”, em que é “sinônimo de um espaço onde residem os autênticos direitos civis, usurpados no Brasil por um Estado que se encontra em mãos de forças conservadoras [...]” (TONET, 1997, p. 34), passando a representar tudo o que não é Estado, nem mercado, na medida em que se volta para a produção de bens e serviço públicos.

Chama atenção a tendência de estabelecer uma identidade entre terceiro setor e sociedade civil. Esta passa a ser reduzida a um conjunto de organizações – as chamadas entidades civis sem fins lucrativos –, sendo dela excluídos os órgãos de representação política, como sindicatos e partidos, dentro de um amplo processo de despolitização. A sociedade civil tende a ser interpretada como um conjunto de organizações distintas e ‘complementares’, destituída dos

³⁰ Dizer que há situações antagônicas/luta de classes dentro do atual sistema não é apropriado para ele, pois na medida em que é possível determinar a hegemonia a partir da luta de classes no interior da sociedade civil, a classe trabalhadora toma consciência da exploração do capitalismo e tem mais condições de alterar o que está posto. A ideia disseminada é a de que a sociedade civil, na condição de partícipe, colabora com o Estado na execução de políticas sociais. “O apelo à colaboração com o propósito de legitimar as ações estatais e integrar a sociedade à ordem dominante é uma das principais estratégias que se constroem para neutralizar os conflitos e apagar as diferenças de projetos societários” (AMARAL, 2008, p. 89).

conflitos e tensões de classe, onde prevalecem os laços de solidariedade. Salienta-se a coesão social e um forte apelo moral ao ‘bem comum’, discurso esse que corre paralelo à reprodução ampliada das desigualdades, da pobreza e violência. Estas tendem a ser naturalizadas, onde o horizonte é a redução de seus índices mais alarmantes (IAMAMOTO, 2001, p. 25).

A sociedade civil é compreendida como uma esfera dotada de autonomia e que atua na defesa do “bem comum” (DURIGUETTO, 2005), apresentada completamente despida de suas relações sociais e, assim, dos interesses de classe. É tida como homogênea, porém, há divergências de opiniões e interesses em seu interior, uma vez que representa interesses de classes que divergem. O objetivo de expô-la como isenta e desarticulada da luta de classes é para obscurecer as necessidades atuais da sociedade burguesa, cuja natureza é fundada na propriedade privada regida pelo capital.

A metamorfose do conceito de sociedade civil em ‘terceiro setor’ nas últimas décadas do século passado não foi por acaso. Ela expressa a disputa das principais forças sociais em torno da apropriação do sentido de conceitos estratégicos à governança mundial. Compreendida enquanto uma esfera virtuosa e homogênea, a versão do ‘terceiro setor’ despolitiza o conceito de sociedade civil fazendo-a parecer uma esfera de agregação de pessoas de bem. Além disso, o seu forte conteúdo antiestatal reforça a ideia de um Estado ‘satanizado’ e em ‘crise’, portanto, incapaz de assumir o enfrentamento da ‘questão social’ (ALMEIDA, 2004, p.94).

O termo está relacionado na contemporaneidade, no cumprimento da agenda neoliberal, ao setor não governamental, em que se incluem as associações comunitárias, os movimentos sociais, as organizações não governamentais, as entidades beneficentes, as associações profissionais, as igrejas e as fundações de empresas. Sociedade civil, sinônimo de “Terceiro Setor”, desempenha papel fundamental no bem-estar da sociedade, aparecendo como colaboradora e parceira³¹ do Estado, bem como do mercado (ALMEIDA, 2004).

A utilização indiscriminada do conceito de sociedade civil, atrelada à tendência de sua despolitização, “contribui muito mais para confundir do que para revelar a complexidade, a pluralidade, bem como os conflitos e as disputas no interior dessa

³¹ A chamada “parceria” entre Estado e sociedade civil se baseia na prestação de serviços focalizados por parte do “Terceiro Setor”, em que o Estado utiliza menos recursos para prover políticas sociais. Até mesmo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS – (2004) considera a sociedade civil como “parceira” em complementar a atuação do Estado na área social.

esfera da vida social” (ALMEIDA, 2004, p. 100). Nesse sentido, sociedade civil passa a integrar os discursos dos governantes responsáveis pela implementação do projeto neoliberal, passando a fazer parte de um conjunto de ideias e conceitos estratégicos a essa governança.

O neoliberalismo acredita que o Estado é um mal necessário e, portanto, não deve exceder suas funções. Nesta lógica, o mercado é sempre mais eficiente que o Estado. Portanto, “sociedade civil como ‘terceiro setor’ vem sendo estrategicamente apresentada como a esfera mais apropriada para substituir o Estado em ‘crise’ e completamente ‘satanizado’ pelos neoconservadores” (ALMEIDA, 2004, p. 102).

Esse Estado funcional ao desenvolvimento capitalista preserva a igualdade (formal) perante a lei, que fornece a estrutura necessária para a livre concorrência do mercado, da mesma forma que mantém uma certa política social-assistencial precária e focalizada a determinadas pessoas e grupos. “O restante de respostas às necessidades sociais deve ser promovido, de forma descentralizada, ora pelo mercado, ora por entidades assistenciais³²” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 65).

A sociedade civil, ou “Terceiro Setor” na contemporaneidade, é não governamental, não lucrativa, organizada, independente e mobiliza a ação voluntária das pessoas, em que a relação Estado e mercado é transformada pela presença das associações voluntárias (ALMEIDA, 2004). A gratidão, a lealdade, a caridade, o amor, a compaixão e a solidariedade, por exemplo, em uma ideia individualizada, palavras-chave que mobilizam as iniciativas do “Terceiro Setor” na produção de bens e serviços públicos, deixam de lado a perspectiva de solidariedade coletiva e direito social, estimulando o voluntariado na atualidade.

³² Essas “entidades assistenciais” a que os autores se referem dizem respeito às instituições do “Terceiro Setor”/sociedade civil na atualidade.

4.2 O PAPEL DO VOLUNTARIADO NA CONTEMPORANEIDADE

As políticas sociais e suas estratégias de enfrentamento das expressões da questão social no Brasil têm sido assinaladas por propostas reducionistas e focalizadas, descaracterizando seu caráter universalizante e os mecanismos institucionalizados de proteção social. Dessa forma, o pensamento neoliberal presta socorro aos pobres, entretanto, sem reconhecer seus direitos sociais, uma vez que atuam no sentido da filantropia.

A filantropia, renovada pelo ideário neoliberal, amplia-se em múltiplos e diversificados campos, assumindo diferentes formas de ação e de prestação de serviços sócio assistenciais sempre apoiada em valores cívicos, altruístas e humanitários (YAZBECK, 2002 p. 413).

O enfrentamento da desigualdade passa a ser tarefa da sociedade, transposta pelo “Terceiro Setor”, caracterizado pela defesa de alternativas privatistas. São colocadas em cena práticas filantrópicas e de benemerência, ganhando referência a transferência à sociedade civil no âmbito das respostas às sequelas da questão social. Cabe salientar que “a filantropia no Brasil está enraizada em nossa história trazendo em seu bojo o trabalho voluntário” (YAZBECK, 2002, p. 414) e, a partir disto, as práticas solidárias vêm assumindo uma posição de crescente relevância no país, confirmando o deslocamento de ações públicas estatais para iniciativas privadas.

Com o fortalecimento da sociedade civil, como sinônimo de “Terceiro Setor”, ocorreu uma explosão no surgimento de associações cujas atividades-fins baseiam-se em trabalhos de cunho social, educacional e cultural. A onda de “associacionismo” (CASTRO; PÉREZ; SILVA, 2009) engendrou um clima propício ao engajamento em ações voluntárias.

É facilmente observável que a dimensão, visibilidade e protagonismo assumida pelo Terceiro Setor, no âmbito da solidariedade social, resultam em grande parte do trabalho voluntário, pois, sem dúvida, a filantropia e a provisão assistencial têm sido, ao longo da história, campo de valores como o altruísmo, o solidarismo e da ação voluntária. (YAZBECK, 2002, p. 419).

Em face das transformações societárias da atual conjuntura, novos valores, objetivos e demandas sociais são expressos como diferentes formas de participação social. Isso se dá na atuação do voluntariado, marcada pela solidariedade como postura ético-política frente às injustiças e desigualdades sociais.

Segundo Gusmão (2000), cabe apresentar dois significados de solidariedade a partir da reestruturação produtiva. O primeiro diz respeito à solidariedade atingida pela lógica neoliberal, em que o mercado seria regulador das necessidades sociais, como por exemplo, o valor implícito de solidariedade nos princípios da Constituição Federal: considerada remédio para os males sociais, políticos e econômicos. O segundo retrata a solidariedade entre trabalhadores e classes subalternas, sendo desejável e necessária para a construção da democracia no Brasil. No segundo caso, é a chamada solidariedade coletiva.

O sentimento de solidariedade presente no voluntariado, na atual conjuntura, deve ser afirmado como um valor nas relações sociais frente à tendência privatizante e individualista do nosso tempo (CASTRO; PÉREZ; SILVA, 2009). Este sentimento seria uma resposta do indivíduo que se posiciona como tendo a ver com o estado geral das coisas à sua volta. A concepção que atravessa o voluntariado é a de que as pessoas podem fazer alguma coisa e que as situações de injustiça não podem ser simplesmente deixadas para outros resolverem: é necessário que todos se responsabilizem.

A figura do voluntário pode em muito contribuir com a vida em sociedade, sendo inclusive necessária à convivência coletiva. Entretanto, o problema na atualidade é o uso e o forte apelo ao voluntariado como forma de participação da sociedade civil/“Terceiro Setor” a partir da eliminação dos interesses de classe e das necessidades contemporâneas do capital em crise. Em resumo, o trabalho voluntário contribui para reiterar a atual desresponsabilização do Estado no encaminhamento de suas políticas sociais, além de contribuir para despolitizar e refilantropizar o enfrentamento da questão social.

O voluntário é, na concepção que prevalece nos dias de hoje, o cidadão que, motivado pelos valores da solidariedade e da participação social, doa seu tempo, seu trabalho e seus talentos, de modo espontâneo e não remunerado, para causas de interesse comunitário, humanitário e social. A construção da cidadania apresenta-se como parte das motivações para que os cidadãos

assumam responsabilidades sociais na vida em sociedade (YAZBECK, 2002, p. 420).

O capital se apropria da ideia de que a ação voluntária muitas vezes é realizada a fim de se gerar resultados positivos para os que se engajam neste tipo de atuação, na medida em que pode ser útil para a sociedade, como algo feito com a aspiração de recompensa e satisfação. O sentimento do voluntário é o de “tarefa cumprida”, por mais que as ações voluntárias sejam pontuais e imediatas. Isso nada mais é que a afirmação de que cada vez mais se tende ao individualismo dentro da sociedade: a satisfação de uma necessidade subjetiva e individual, em detrimento do sentido coletivo da ação.

A transformação da sociedade não é almejada de forma estrutural, mas no plano do indivíduo, ou seja, provocando mudanças na história de vida das pessoas. As ações visam afetar o outro, seja pela educação ou pela arte, pois consideram que cada um, individualmente, é importante na transformação do mundo. Assim, essas pessoas podem transmitir o que aprenderam para outras, fazendo com que as ações se multipliquem e atinjam um número cada vez maior de pessoas (CASTRO; PÉREZ; SILVA, 2009, p. 117).

Em uma pesquisa³³ realizada no Rio de Janeiro no ano de 2005 com 10 (dez) jovens de classes econômicas variadas, de ambos os sexos, com idades entre 16 e 25 anos que trabalham como voluntários em ONG's do estado, percebeu-se, por intermédio de entrevistas, que o trabalho voluntário tende a reduzir as transformações societárias a ações pontuais relativas ao que cada um pode fazer:

[...] muitos jovens permanecem centrados em seu próprio grupo, buscando realizar a sua tarefa de melhor maneira possível. Eles podem ter o apoio da comunidade ao conseguir um espaço, uma doação ou algo que viabilize sua ação, mas não chegam a construir alianças e espaços de diálogo. Esse fato qualifica o trabalho solidário como bastante restrito no modo de se fazer visível, ou de criar alianças com outros cujas lutas se encaminham em direções semelhantes. É como se o espaço do grupo fosse auto-suficiente, cumprindo as demandas de ‘fazer a tarefa’ e ‘apoiar-se e vivenciar o coletivo de semelhantes’. Esta não preocupação com o contexto mais amplo onde se inserem as ações do grupo, onde outros também se inserem e lutam, assim como, o investimento preponderante na tarefa e sua eficácia, nos levam a questionar se o trabalho solidário, além de se constituir uma

³³ O estudo de Castro, Pérez e Silva (2009) fez parte do projeto de pesquisa denominado “Subjetivação Política na Infância e Juventude: Participação, Reconhecimento e Contextos Institucionais” que no ano de 2009 ainda estava em andamento no Núcleo de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporânea (NIPIAC) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi a partir deste projeto de pesquisa que esses três autores basearam seu artigo em que citam o estudo realizado com os jovens.

plataforma de realização pessoal de convivialidade e pertencimento para os jovens, pode se reverter como experiência relevante para a inovação da democracia (CASTRO; PÉREZ; SILVA, 2009, p. 119).

Com o crescimento do “Terceiro Setor”, evidencia-se a gestão privada de recursos públicos e a permanência de um modelo de solidariedade individual. O voluntariado expressa e reforça a fusão público/privado³⁴ nas formas de enfrentamento das manifestações da questão social. Desta forma, lidamos com o risco da desuniversalização dos serviços sociais e a localização no campo da solidariedade individual os direitos constitucionalmente garantidos, tornando apropriado ao sistema capitalista.

Como diz Bonfim (2010), analisando a “cultura do voluntariado” no Brasil, as ações voluntárias atuais são exercidas em sua maioria por meio das organizações do “Terceiro Setor”, as quais apresentam várias instituições em seu interior. Tais instituições, na maioria das vezes, desenvolvem atividades focalizadas e fragmentadas, pois grande parte depende de recursos financeiros externos, como doações individuais e/ou recursos estatais, e, assim, mostram-se propícias às práticas assistencialistas e clientelistas.

Bonfim (2010) defende uma cultura ou lógica do voluntariado³⁵ como uma sociedade onde os indivíduos desenvolvem atividades voluntárias buscando o bem comum, baseando-se em princípios como igualdades e justiça, estabelecendo, assim, essa cultura. A autora afirma ter, neste caso, um objetivo a ser projetado por todos aqueles que procuram a construção de uma sociedade igualitária, sem exploração do homem pelo homem. Cita os exemplos de Cuba e Portugal que acabaram com o analfabetismo por meio do voluntariado. Dessa forma, essa cultura do voluntariado pode ser muito importante na promoção de mudanças significativas em uma sociedade.

Porém, no Brasil, na atual conjuntura, a funcionalidade da “cultura do voluntariado” é outra. De acordo com Bonfim (2010), a lógica capitalista se apropria de

³⁴ É próprio do capitalismo monopolista a fusão do público e do privado como elemento inerente à acumulação do capital.

³⁵ A autora, no decorrer de seu livro, faz a crítica à “cultura do voluntariado” (com aspas) se referindo ao voluntariado na atualidade no Brasil, de maneira funcional ao sistema capitalista. Porém, quando se refere à cultura do voluntariado (sem aspas), aborda o voluntário como papel essencial nas mudanças em uma sociedade, quando atua visando ao bem comum sem estar de acordo com a lógica neoliberal.

valores como a solidariedade e de motivações individuais (religiosas, por situações de desemprego) para mistificar uma “cultura do voluntariado” necessária para o enfrentamento de um “novo” padrão de intervenção social.

Algumas pessoas poderiam se perguntar se não seria natural o voluntariado na atual conjuntura de caos social. O objetivo deste estudo não é negar a sensibilização dos sujeitos diante do quadro social brasileiro atual. O fato é que esta situação contém um forte componente ideológico, em que está relacionada a um projeto societário que não objetiva a superação das sequelas da questão social no âmbito da contradição capital/trabalho. No entanto, esta alternativa, o voluntariado, traz o conforto de que alguma coisa esteja sendo feita, bem como desonera o Estado da sua intervenção a partir da lógica do direito social.

O problema principal – e que constitui a essência da ‘cultura do voluntariado’ na atualidade – é que a ênfase na ação voluntária faz com que as mais variadas motivações sejam canalizadas numa única direção, ou seja, num projeto de sociedade que objetiva simplesmente amenizar ou mesmo administrar as sequelas da questão social (BONFIM, 2010, p. 88).

O enfrentamento da crise, nas suas dimensões econômica, política, social e moral, tem sido a justificativa para conciliar o retorno à lógica do mercado com valores como o amor ao próximo, a compaixão, a generosidade, a solidariedade, entre outros. Aí que ingressa o estímulo contemporâneo à ideia do voluntariado.

O objetivo do capital nada mais é que transferir responsabilidades sociais para o campo do “Terceiro Setor”/sociedade civil e, conseqüentemente, estimular o voluntariado a fim de transpor para estas tarefas que seriam dever do Estado. As alternativas dos chamados problemas sociais passam a ser condicionadas a um reordenamento moral da sociedade. Assim é que o combate às sequelas da questão social, que na ordem monopólica foi tomado como campo de responsabilidade e de intervenção estatal, passa a ter, no contexto atual, a perspectiva privada como alternativa predominante.

O problema não se encontra nas ações voluntárias em si, mas em como isso se torna funcional ao capital na atualidade. É necessário, desta forma, perceber as peculiaridades deste fenômeno na sociedade brasileira, observando as contradições que o envolvem e o constituem. Quando as responsabilidades sociais são transferidas para

organismos privados, o objetivo é que a classe burguesa detenha os meios de produção material e, assim, direcione o processo de reprodução social para permitir o alcance de seus interesses e a continuação de sua hegemonia.

O trabalho voluntário ganhou tamanha proporção na contemporaneidade que até foi instituída uma lei federal sobre o serviço voluntário no ano de 1998. Essa lei é a de número 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Ela define o serviço voluntário em seu primeiro artigo como:

[...] a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (BRASIL, 1998).

Pode-se exemplificar este fato no âmbito do Distrito Federal também, em que foi criada uma lei instituindo o voluntariado no serviço público do Distrito Federal (BRASIL, 2004), em que “qualquer cidadão, maior de dezesseis anos de idade poderá se inscrever como voluntário para prestar serviços junto aos diferentes órgãos do Poder Executivo”. Isso nos faz asseverar o estímulo estatal ao serviço voluntário e sua desresponsabilização com a sociedade.

É nessa conjuntura que a ‘cultura do voluntariado’ encontra terreno fértil para se desenvolver e se consolidar. Ela passa a ser um elemento importante desse ‘novo’ padrão de enfrentamento das sequelas da questão social, que prioriza as parcerias entre Estado e ‘sociedade civil’, onde a fronteira entre o público e o privado torna-se cada vez mais tênue (BONFIM, 2010, p. 101).

Muitos autores acreditam e defendem que o incentivo às atividades voluntárias se dá a partir do amadurecimento da sociedade civil/“Terceiro Setor”, ou da consciência cidadã para a melhoria do bem comum ou até mesmo do fortalecimento da democracia. Porém, esse estímulo, principalmente estatal, “está relacionado a um conjunto de determinações de ordem econômica, política e ideológica presentes na sociedade brasileira” (BONFIM, 2010, p. 14).

A ênfase ao voluntariado na atualidade indica uma tendência geral no que se refere ao enfrentamento da crise do capital. A “cultura da crise” (BONFIM, 2010) prolifera a ideia de que todos estão sendo apenados com a crise mundial e que a saída

desta requer ajuda mútua. Assim, a atividade voluntária aparece como principal recurso para a resolução dos problemas sociais tão exaltados diante da conjuntura de crise.

O estímulo ao voluntariado se desenvolve a partir de 1990 no Brasil, sendo resultado de uma dinâmica social complexa, que se constitui a partir das novas determinações econômicas, políticas, culturais e sociais. Seu ensejo deve ser entendido como parte de um “novo” padrão de enfrentamento das sequelas da questão social, que tem como primazia a perspectiva privada.

Vale ressaltar que a mídia como principal divulgadora do voluntariado, os discursos em prol da solidariedade e o aparato jurídico – leis sobre o voluntariado – são elementos fundamentais na ratificação, expansão e efetivação da “cultura do voluntariado”.

O desenvolvimento desta “cultura” se compõe como um dos elementos necessários à atual fase de reestruturação do capital e, desta forma, necessários à construção de uma nova sociabilidade. Sua divulgação se deve ao poder dos meios de comunicação em propagar e estimular o voluntariado no Brasil, por mais que valores como a solidariedade não tenham nada a ver com a lógica individualista do capitalismo.

Na atual conjuntura, as ações voluntárias são desempenhadas em sua maior parte por intermédio das organizações do “Terceiro Setor”, as quais apresentam diversas instituições em seu interior, como, por exemplo, as entidades beneficentes de assistência social. A seguir, será apresentada a experiência em uma destas entidades: a Federação Espírita Brasileira.

4.3 O TRABALHO VOLUNTÁRIO NO DISTRITO FEDERAL: REFLEXÕES DE UMA EXPERIÊNCIA EM ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA

Uma questão bastante crucial na atualidade em relação às entidades beneficentes de assistência social tem sido a possibilidade de acesso ao fundo público, por meios diversos. Em uma clara adesão às teses neoliberais do Estado, os financiamentos públicos a estas instituições configuram-se como subsídios em troca de serviços prestados, em um processo de cooperação estabelecida, mediante um contrato,

configurando uma rede sócio-assistencial formalmente credenciada para a prestação de serviços sociais.

Este contrato estabelecido entre o Estado e as entidades beneficentes se dá por meio da desresponsabilização estatal para prover suas obrigações sociais. A partir da privatização no combate às sequelas da questão social, é transferido para tais entidades deveres que são do Estado. Há um grande processo de privatização da coisa pública, na medida em que se desloca para o “Terceiro Setor” responsabilidades sociais que são deveres do Estado.

Cabe destacar que as entidades beneficentes de assistência social são aquelas que “prestam serviços relevantes de cunho social a alguma parte da sociedade que necessite da assistência. Pode ser qualquer tipo de serviço de natureza social, como aqueles prestados nas áreas de saúde, educação, espiritual” (NETO, 2002).

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), de 1993, em seu artigo 3º, as considera como “aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos” (BRASIL, 1993).

Para serem consideradas beneficentes e fazerem jus à certificação, é necessário obedecer ao princípio da universalidade do atendimento. Segundo a lei nº 12.101, artigo 18, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, é preciso também “prestar serviços ou realizar ações assistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação” (BRASIL, 2009).

A assistência social, política pública não contributiva, é dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Ao abrigo de um forte contexto histórico de clientelismo e paternalismo, em que as ações públicas na área social eram vistas como favores, filantropia ou benemerência, a passagem para a esfera dos direitos, sob a égide da democracia participativa, constituiu um avanço para a consolidação da assistência social como responsabilidade estatal e direito do cidadão brasileiro.

Tal afirmação é expressa na Constituição Federal de 1988, nos artigos 203 e 204 (BRASIL, 1988), e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que concebem a assistência social como política de seguridade social de responsabilidade do Estado e como direito do cidadão. A Proteção Social Básica, categoria da Política Nacional de

Assistência Social e campo de atuação da instituição aqui estudada, consiste em ações de prestação de serviços e programas sócio-assistenciais às famílias e aos indivíduos, articulando-os no seu território de abrangência e atuando intersetorialmente na perspectiva de potencializar a proteção social.

Neste momento do estudo, algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido na instituição beneficente do Distrito Federal, a Federação Espírita Brasileira (FEB), serão destacadas, uma vez que (conforme já explicado na introdução deste trabalho) foi efetivada uma aproximação com as singularidades do universo desta entidade, a partir da realização de estágio supervisionado em Serviço Social. Primeiramente, a instituição será apresentada e, depois, será feita uma breve reflexão acerca do trabalho voluntário desenvolvido no Departamento de Assistência Social (DAS) da Federação.

É oportuno afirmar que o objetivo central deste estudo não é analisar a entidade ou julgar o trabalho desenvolvido por ela, mas essencialmente contribuir para o processo crítico de aproximação teórico-metodológica com o universo do trabalho voluntário, articulando com a totalidade sócio-histórica do capitalismo contemporâneo.

A Federação Espírita Brasileira é uma sociedade civil religiosa, educacional, cultural e filantrópica com personalidade jurídica, inscrita no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF)³⁶. Divide-se em vários departamentos, porém, será particularizado o Departamento de Assistência Social, o qual trabalha com a Proteção Social Básica³⁷.

Até 2007, não havia Serviço Social na instituição, sendo apenas estabelecido um serviço não organizado e planejado de distribuição de bens materiais, com aspecto de caridade. A partir desse ano, inseriu-se uma assistente social na entidade, profissionalizando-se o serviço.

³⁶ De acordo com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal, o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF) “é órgão público local de caráter permanente e de competência normativa e deliberativa na formulação da política do setor, integrante do sistema descentralizado de Assistência Social, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho do Governo do Distrito Federal” (SEDEST, 2010).

³⁷ A Política Pública de Assistência Social é expressa pela Política Nacional de Assistência Social, a qual tem duas categorias: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica “tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação [...] e, ou, fragilização de vínculos afetivos”(PNAS, 2004, p. 27).

Os serviços sócio-assistenciais realizados pelo Departamento de Assistência Social (DAS) da Federação Espírita Brasileira têm como objetivo principal atender às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal, sem distinção de raça, gênero, território, gerações e credo religioso, na perspectiva do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), conforme prevê a Política Nacional da Assistência Social (PNAS, 2004), tendo como referência o sistema de proteção social brasileiro, que deve garantir a segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia), de acolhida e vivência familiar.

O Departamento de Assistência Social da FEB desenvolve suas atividades em âmbito familiar e educacional, com enfoque na promoção de cursos profissionalizantes e programas de assistência social, com vistas a assegurar aos usuários a qualificação sócio-produtiva e a atualização frente às demandas do mercado de trabalho. A metodologia empregada nos cursos inclui aulas teóricas e práticas. Nos programas, são utilizadas oficinas interativas, com dinâmicas de grupo, vídeos e palestras. Tais cursos e programas visam propiciar aos usuários o ingresso no mercado formal de trabalho, a melhoria da sua renda familiar e, conseqüentemente, a melhoria da sua qualidade de vida.

Segundo o Plano de Ação 2011 da entidade (FEB, 2010?), o objetivo do DAS é criar e assegurar espaços de convivência para o exercício da reflexão crítica e criativa, que contribuam para o fortalecimento de vínculos afetivos, o desenvolvimento da solidariedade e da cooperação e, conseqüentemente, a elevação da autoestima, construindo soluções para os problemas cotidianos.

Os programas/cursos do DAS consistem em um conjunto de ações, benefícios e auxílios ofertados, tendo em vista a redução e prevenção do impacto das desigualdades sociais, na perspectiva de indivíduos e famílias sob situações de risco e vulnerabilidade.

Os principais programas/cursos são os seguintes: a) Atendimento jurídico, que busca orientar os usuários nas áreas cível e trabalhista, de forma gratuita; b) Bazar, que fornece vestimentas aos usuários do DAS; c) Confecção de enxovais, para fornecimento às usuárias; d) Curso de artesanato, para capacitação profissional; e) Farmácia, a qual fornece medicamentos que não são disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS); f) Programa de orientação às gestantes, que tem por objetivo orientar a gestante nos vários aspectos de sua gravidez, parto e nos cuidados com o recém-nascido; g)

Programa de orientação sociofamiliar, o qual é um cadastro familiar para fornecimento de cartão-alimentação no valor de R\$135,00 (cento e trinta e cinco reais) mensais; e h) Programa habitação, que fornece materiais básicos de construção.

A concretização destes programas/cursos da FEB se dá por meio do trabalho voluntário na instituição. É preciso preencher um “Termo de Adesão ao Serviço Voluntário” (apêndice) para se vincular à FEB, o qual está de acordo com a Lei do Serviço Voluntário, nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Com o crescimento populacional descontrolado no Distrito Federal, não há acolhimento suficiente por parte do Estado³⁸, transferindo-se muitas responsabilidades para o “Terceiro Setor”, neste caso, para as entidades beneficentes. O agravamento das expressões da questão social, assim como a regressão das políticas sociais são consequências da lógica financeira do regime de acumulação do sistema capitalista, em que tende a criar crises que se materializam no mundo, gerando retrocesso social, aumento da concentração de renda e, conseqüentemente, da pobreza, também no Brasil e, particularmente, no Distrito Federal. Assim, a lógica neoliberal é de um Estado em crise que não é capaz de prover as necessidades sociais. Dessa forma, ele transfere para o “Terceiro Setor” suas obrigações sociais, conforme já detalhado nos capítulos anteriores deste estudo.

O deslocamento das responsabilidades sociais do Estado para instituições do “Terceiro Setor” se expressa a partir da apropriação de valores como a solidariedade, incentivando os indivíduos a trabalharem como voluntários nestas instituições. Essa mobilização do Estado para estimular o voluntariado se dá como uma das estratégias do processo de enfrentamento da crise atual do sistema capitalista. Acredita-se que, com este estímulo, tenha aumentado o número de voluntários que prestam serviços em entidades beneficentes³⁹.

³⁸ Este é um dos motivos para a transferência de responsabilidades sociais para o “Terceiro Setor”. No decorrer deste estudo, foram elencadas diversas razões.

³⁹ Percebeu-se que houve um crescimento gradual e bastante expressivo da quantidade de voluntários que ingressaram na Federação Espírita Brasileira para prestar serviços a partir de 2007, pois, antes do referido ano, não havia assistente social na instituição e a prestação de serviços não era profissionalizada e, assim, a entidade não tinha dados concretos da quantidade de voluntários relativos aos anos passados. De 2007 para 2008, houve um crescimento de 9,09% dos voluntários; de 2008 para 2009, 55%; de 2009 para 2010, 35,48%; de 2010 para 2011, 33,33%, acumulando um aumento percentual, entre 2007 a 2011, de 205,45%. Porém, não é apropriado afirmar a instituição como totalidade. Mesmo assim, acredita-se que o estímulo estatal seja motor para o crescimento do voluntariado na atualidade, não necessariamente na FEB.

No estágio atual do capitalismo, surgem novas manifestações da questão social e, assim, o projeto neoliberal quer abolir a condição de direito das políticas sociais e assistenciais na medida em que a responsabilidade social é transferida para o âmbito privado, ou seja, para as instituições do “Terceiro Setor”, por fora do Estado e a partir da própria sociedade.

Essas respostas à questão social não instituem direitos, e sim ações filantrópicas/voluntárias, descontínuas, sem ampla abrangência, sem controle social, sem garantia de recursos efetivos. O “Terceiro Setor” contribui com a dinâmica capitalista de enfrentamento da crise atual a partir da reestruturação do capital, mediante práticas voluntárias e filantrópicas. O problema não se encontra no trabalho voluntário em si, mas na forma em que essas ações tornam-se funcionais ao sistema capitalista, em seu uso, estímulo e apropriação pelo capital em tempos de crise e reestruturação.

O trabalho voluntário na atualidade é estimulado em tamanha proporção, tanto pelo Estado funcional ao sistema capitalista, como pela própria conjuntura neoliberal, na luta pela manutenção da hegemonia da classe dominante. Desta forma, parte-se do princípio de que o estímulo estatal contribui muito para o aumento do voluntariado na contemporaneidade, desconstruindo direitos conquistados, isentando o capital da responsabilidade com a gênese da questão social e fragilizando a classe trabalhadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória deste trabalho não termina com todas as discussões que envolvem o trabalho voluntário no chamado “Terceiro Setor”, nem esgota as possíveis reflexões acerca deste assunto. Por isso, concluir este Trabalho de Conclusão de Curso não significa encerrar todas as análises sobre esta temática de estudo.

Todas as configurações da sociedade contemporânea são frutos de um sistema que tem por primazia a propriedade privada e a exploração de uma classe sobre a outra, constituindo-se como sociedade capitalista em um novo estágio de desenvolvimento. Esta é fundamentada em crises, pois são a partir delas que o sistema produtor de mercadorias se desenvolve e se amplia. O caráter social da produção e o caráter privado da apropriação são as contradições fundamentais do capitalismo e, assim, surgem as crises inerentes deste sistema.

A primeira grande crise do capital, a depressão de 1929, causou diversas repercussões negativas em diversos países no mundo. A partir de então, verificou-se a necessidade de um Estado regulador a fim de enfrentar a citada crise. Nasce então o Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) que se caracterizava por um Estado protetor e defensor do social e ordenador da economia, marcando uma época de grande expansão nas décadas de 1950 e 1960, e desenvolvendo papel fundamental no campo da produção e reprodução sociais.

Os acontecimentos que reconfiguram o novo cenário mundial e a ofensiva neoliberal para a constituição de outro regime de acumulação, a partir de 1970, foram geridos desde a crise capitalista do modelo econômico do pós-Segunda Guerra Mundial. O êxito do neoliberalismo trouxe consigo diversas consequências, por exemplo, no mundo do trabalho, nas políticas sociais e na transferência de responsabilidades sociais do Estado para o chamado “Terceiro Setor”.

O mundo do trabalho se caracteriza, na atualidade, pela flexibilização das condições e relações de trabalho, por exemplo. As políticas sociais perderam o caráter universalista para então serem assinaladas como focalizadas. Esta estratégia hegemônica de enfrentamento da crise pós-1970, o projeto neoliberal, desdobra-se em basicamente

três frentes: “a ofensiva contra o trabalho (atingindo as leis e os direitos trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas ‘reestruturação produtiva’ e ‘(contra) reforma do Estado” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 193).

Desta forma, o entendimento é de que se apresenta uma regressão dos direitos sociais, em que o capital põe em caminhada diversas transformações conjunturais dentro do Estado. Há um potencial de resistência e resposta do trabalho ao capital, cujo primeiro passo é a tomada de consciência da classe trabalhadora, seguida de sua organização. Diante destes fatos, não é uma tarefa fácil, porém, reconhecer a sua legitimidade perante a ilegitimidade das estratégias do capital é uma necessidade.

Essas mudanças na atual sociedade são produto, também, de um Estado que atua na consolidação hegemônica do capital em seu papel central no processo de desregulação e Reforma do Estado, que se denomina contrarreforma estatal. Isto se dá a partir de medidas para reduzir o Estado e realizar a ruptura com o passado intervencionista para reorganizá-lo em função dos interesses atuais do capital. “O Estado burguês [...] experimenta um redimensionamento considerável. A mudança mais imediata é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas funções legitimadoras” (NETTO, 1996, p. 99).

A chamada contrarreforma do Estado se configura por sua atuação a favor da lógica do capital, contribuindo com o processo geral de reestruturação capitalista. O Brasil adentrou os anos 1990 marcado por políticas sociais compensatórias e focalizadas na medida em que conferia a elas uma função paliativa. Quando se discute a questão do Estado, percebe-se que este tem transferido suas responsabilidades sociais para organismos da sociedade civil, como o chamado “Terceiro Setor”.

Assim, o papel do “Terceiro Setor” na contemporaneidade diante da atual conjuntura capitalista visa à redução ou eliminação da intervenção social estatal em diversas áreas e atividades. O objetivo do sistema capitalista é que o Estado assuma tarefas apenas que possam diminuir as necessidades sociais com atos reducionistas que exauzem e descaracterizam a estrutura institucionalizada de proteção social.

Uma das consequências de um Estado que restringe a atuação no âmbito social é a contribuição com o processo de agravamento das expressões da questão social, no momento atual capitalista que amplia a exploração da classe trabalhadora e, assim, acirra desigualdades.

Isto se dá no objetivo de o projeto neoliberal buscar desconstruir a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, o seu caráter universalista, a igualdade de acesso. Para isso, as responsabilidades sociais têm sido transferidas para o campo privado, para o “Terceiro Setor”, o qual se baseia na filantropia e no voluntariado.

Estas respostas às expressões da questão social baseadas em ações filantrópicas e voluntárias não instituem direitos, e sim favores, quando a universalização e a perspectiva de direito são perdidas. O “Terceiro Setor” constitui, na verdade, uma alternativa de substituir o Estado, considerado pelo projeto neoliberal em crise, no que se refere ao enfrentamento da questão social, com remanejamento de recursos para outras áreas e interesses de uma classe dominante.

A redução estatal no enfrentamento das sequelas da questão social estimula a ampliação do “Terceiro Setor”, sendo propagada como algo positivo diante do projeto neoliberal, no cometimento do “novo trato à questão social”. O problema se encontra no tipo de resposta oferecido por este “Setor”: ao invés de ser dever de todos e direito do cidadão, transpõe-se agora – a partir da apropriação pelo capitalismo – de valores como a solidariedade, o trabalho voluntário, a ajuda ao próximo.

A ação deste “Setor”, muitas vezes, decorre de ações pontuais, fragmentadas, descontínuas, indo contra o caráter universalista, tendo como consequência o decaimento da qualidade dos serviços direcionados ao enfrentamento das manifestações da questão social.

Cabe salientar que “Terceiro Setor”, na visão hegemônica, é difundido como sinônimo de sociedade civil com a finalidade de disfarçar a luta de classes em seu interior, para, então, buscar adesão da classe trabalhadora às transformações atuais do capital em tempos de crise e o estímulo à participação de todos nessas mudanças, assim como a disseminação de que os recursos do Estado são escassos para prover as necessidades sociais.

Na verdade, sociedade civil deve ser compreendida como uma esfera de luta de classes, arena de conflitos, interesses e tensões de classes na disputa pela hegemonia. Na atual conjuntura, este termo é mistificado, sendo funcional às ideologias neoliberais para enfraquecer e diminuir o Estado em suas responsabilidades sociais e fortalecer uma outra lógica de enfrentamento da questão social.

Estabelecendo-se uma identidade entre sociedade civil e “Terceiro Setor”, esta é destituída de conflitos e embates de classe em seu cerne. Desta forma, passa-se a relacioná-la ao sentimento de solidariedade entre todos, como se todos tivessem os mesmos interesses e lutassem por estes. Assim, a ação voluntária das pessoas é mobilizada para retirar, ou reduzir fortemente, o Estado de sua atuação no campo das políticas sociais e transferi-las para outras entidades da sociedade civil/“Terceiro Setor”. É assim que o voluntariado é estimulado na atualidade.

A partir do momento que o enfrentamento das expressões da questão social passa a ser responsabilidade prioritariamente da sociedade, adequada pelo “Terceiro Setor”, as práticas filantrópicas e de benemerência ganham espaço, trazendo consigo as ações solidárias. O fortalecimento do “Terceiro Setor” implicou no surgimento de diversas associações cujas atividades-fins baseiam-se em tarefas de cunho social, educacional e cultural que se engajam em atuações voluntárias.

A ampliação da atuação das entidades do “Terceiro Setor” caracteriza a gestão privada de recursos públicos e a permanência de um modelo de solidariedade individual: o voluntariado. Verificou-se, neste estudo, que o trabalho voluntário contribui com o processo atual de desresponsabilização do Estado no tratamento da questão social por meio das políticas sociais, além de despolitizar e refilantropizar as respostas às expressões contemporâneas da questão social, a partir da apropriação do capital de sentimentos e valores como a solidariedade. Isto pode ocasionar a desuniversalização dos serviços sociais e a localização dos direitos constitucionalmente garantidos na arena da solidariedade individual.

Não há dúvidas de que o voluntariado pode contribuir de diversas maneiras na vida em sociedade, porém, o problema na atualidade não é a atuação voluntária em si, mas o forte apelo que se faz para estimulá-lo como maneira de participação da sociedade civil/“Terceiro Setor”, na medida em que se torna funcional ao capital no momento atual.

A finalidade deste estudo não foi recusar a sensibilização dos sujeitos diante do atual quadro de desigualdade social, mas sim apresentar reflexões acerca do fato de o estímulo a estas ações voluntárias estar relacionado ao projeto neoliberal que não visa ao enfrentamento das mazelas da questão social, quando desonera o Estado da sua intervenção a partir da lógica do direito social.

O trabalho voluntário ganhou tamanha proporção na contemporaneidade, que este serviço é amparado por legislações, como a Lei do Serviço Voluntário no âmbito federal (lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998) e no distrital (lei nº 3.506, de 20 de dezembro de 2004), que instituiu o voluntariado no serviço público do Distrito Federal. A finalidade de estímulo ao voluntariado é elemento necessário à atual fase de reestruturação do capital e, desta forma, necessário à construção de uma nova sociabilidade.

Vale salientar que o intuito deste estudo não foi descaracterizar as instituições do “Terceiro Setor”, tampouco atribuir algum sentido pejorativo, mas sim trazer à reflexão a funcionalidade destes organismos dentro da atual conjuntura. A finalidade foi demonstrar o quanto o sistema capitalista mistifica vários conceitos da atualidade, inclusive o do voluntariado, em prol dos seus interesses reais.

Espera-se que este trabalho tenha contribuído para as reflexões acerca do voluntariado na contemporaneidade e seja estímulo para próximas pesquisas sobre este assunto, visando ao aprimoramento das análises que possibilitem a crítica qualificada e articulada aos processos sociais da totalidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Érica T. Vieira. **Crítica da metamorfose do conceito de sociedade civil em “terceiro setor”**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 80, p.94-110, 2004.

AMARAL, Ângela Santana do. **A categoria sociedade civil na tradição liberal e marxista**. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Ângela Santana do; MOTA, Ana Elizabete. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). A nova fábrica de consumos. São Paulo, Cortez, 1998.

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo**. In: SADER; GENTILI (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 9-37.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo, Cortez, 1999.

_____, Ricardo. **A era da informatização e a época da informalização – riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo, Cortez, 2003a.

_____, Elaine Rossetti. **Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 73, p. 101-119, 2003b.

_____, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 4. ed. – São Paulo, Cortez, 2008. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto Constitucional Promulgado em 5 de Outubro de 1988.

_____. **Lei nº 3.506, de 20 de dezembro de 2004**. Cria o voluntariado junto ao serviço público do Distrito Federal e dá outras providências.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

_____. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

_____. **Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social...

CASTRO, Lucia Rabello de.; PÉREZ, Beatriz Corsino; SILVA, Conceição Firmina Seixas. **“Trabalho solidário”: em busca de outros valores para a participação política**. In: Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, v. 19, nº 1, p. 109-124, jan/jun. 2009.

DELGADO, Guilherme; THEODORO, Mário. **Política social: universalização ou focalização – subsídios para o debate**. In: Políticas sociais – acompanhamento e análise, IPEA, ago. 2003.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **O Serviço Social nas organizações não governamentais: tendências e particularidades**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 81, p. 82-101, 2005.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA (FEB). Departamento de Assistência Social. **Plano de ação 2011**. Brasília, [2010?]. 20 p.

GUSMÃO, Rute. **A ideologia da solidariedade**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 62, p. 93-112, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. In: Revista Temporalis. Brasília, Ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001. (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa e em Serviço Social – ABEPSS).

_____, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 29. ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

IASI, Mauro Luis. **A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada**. In: Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, v. 19, nº 1, p. 25-40, jan/junho. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Relatório ONU**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/03122002relatorio_onu.shtm>. 2002. Acesso em 02 de junho de 2011

_____. **Síntese de indicadores sociais 2009**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1476&id_pagina=1>. 2009. Acesso em 02 de junho de 2011.

MACHADO, Ednéia Maria. **Questão social: objeto do Serviço Social?** Disponível em <http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_quest.htm>, jul/dez. 1999. Acesso em 28 de maio de 2011.

MINAYO, M^a Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis (RJ): Vozes; 2002.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 1. ed., São Paulo, Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social; v.5).

_____, Carlos. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”**. Disponível em <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf>. [2002?]. Acesso em 11 de maio de 2011.

_____, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5. ed., São Paulo, Cortez, 2008.

NETO, Bianor Arruda Bezerra. **Entidade beneficente de assistência social, instituição de educação sem fins lucrativos. A imunidade previdenciária e tributária na Constituição.** Disponível em <<http://www.fiscosoft.com.br/a/2399/entidade-beneficente-de-assistencia-social-instituicao-de-educacao-sem-fins-lucrativos-a-imunidade-previdenciaria-e-tributaria-na-constituicao-bianor-arruda-bezerra-neto>>. 2002. Acesso em 17 de novembro de 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 7. ed., São Paulo, Cortez, 2009.

_____, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** In: Revista Temporalis. Brasília, Ano 2, n. 3, p. 41-50, jan./jun. 2001. (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa e em Serviço Social – ABEPSS).

_____, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo, Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v.1).

_____, José Paulo. **Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate.** 3. ed., São Paulo, Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v. 17).

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas & questões.** 2. ed., São Paulo, Cortez, 2009.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS. Disponível em <<http://www.gestaodeconcurso.com.br/site/cache/b0e20e60-e6b7-4df7-a990-c9c123eb8297/PNAS.pdf>>, nov. 2004. Acesso em 04 de janeiro de 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Câmara da Reforma do Estado. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Brasília, 1995. Acesso em 28 de maio de 2011.

RAMOS, Maria Helena Rauta. **A crise atual do capitalismo: crise cíclica ou estrutural?** In: Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, v. 19, nº 1, p. 49-66, jan/junho. 2009.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Estado e sociedade civil no pensamento de Marx**. In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 101, p. 25- 39, jan./mar. 2010.

TONET, Ivo. **Do conceito de sociedade civil**. In: Democracia ou Liberdade? Maceió, Edufal, p. 23-49, 1997.

VIANA, Nildo. **Escritos Metodológicos de Marx**. Goiânia (GO): Editora Alternativa, 2007.

YAZBECK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. In: Revista Temporalis. Brasília, Ano 2, n. 3, p. 33-40, jan./jun. 2001. (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa e em Serviço Social – ABEPSS).

_____, Maria Carmelita. **Política social – assistência social e filantropia**. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; Demo, Pedro; Sousa, Nair Bicalho de (org.). **Novos paradigmas da política social**. Brasília: UnB, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2002.

ANEXOS

Anexo A – Termo de Adesão ao Serviço Voluntário



FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA
Departamento de Assistência Social
SGAN - Quadra 603 - Conjunto F - Brasília / DF - 70830-030

TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO	
NOME:	
IDENTIDADE:	CPF:
DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	UF:
TELEFONE:	CELULAR:
E-MAIL:	
TIPO DE SERVIÇO A SER PRESTADO PELO VOLUNTÁRIO:	
DIA DA SEMANA QUE PRESTARÁ O SERVIÇO	
<input type="checkbox"/> 1º SABADO <input type="checkbox"/> QUINTA (GESTANTES)	
<input type="checkbox"/> 2º SABADO <input type="checkbox"/> OUTRO	
<input type="checkbox"/> 3º SABADO QUAL?	
INSTITUIÇÃO ONDE O USUÁRIO PRESTARÁ O SERVIÇO:	
Nome: Federação Espírita Brasileira	
End.: 603 Norte Conjunto F	
CGC: 33.644.857/0001-01	

Declaro que estou ciente e aceito os termos da Lei do Serviço Voluntário, nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 (Com as alterações das Leis 10.748/03 e 10.940/04).

Assinatura do voluntário

Em caso de voluntário menor de idade:

Nome do responsável

Assinatura do responsável

Responsável pela instituição

Cargo

Brasília/DF: _____ de _____ de 2011